

Plano de Manejo

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) dos Valadares

PRODUTO 3

RELATÓRIO DA OFICINA DE CONTRIBUIÇÃO AO DIAGNÓSTICO

BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ

PREFEITURA DE PARANAGUÁ
UMA CIDADE PARA TODOS

SEMMA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zoológico

Prefeito de Paranaguá/PR

Adriano Ramos

Vice-prefeita de Paranaguá/PR

Fabiana Parro

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

Flávia Garcia Quadros Hacke

Instituição Contratante:

Programa Biodiversidade Litoral do Paraná

Executor do contrato:

Rodrigo Delonga

Serviços Técnicos de Elaboração do Plano de Manejo:

Greentec Consultoria e Planejamento Agroflorestal e do Meio Ambiente S/S EPP

Responsáveis Técnicos:

Eng. Florestal Rogério Henrique Vereza de Azevedo – CREA/DF: 10.570/D

Eng. Florestal Eduardo Ribeiro Felizola – CREA/DF: 8.763/D

Equipe Técnica:

Rogerio H. Vereza - Coordenação e Geoprocessamento

Eduardo R. Felizola - Meio Biótico

Arthur Cavalcante Rocha - Meio Físico e Geoprocessamento

Mariana Madureira - Turismo e Uso Público

Marly Santos - Socioeconomia

Andrea Carrillo - Moderação de Processos Participativos

Este projeto é financiado pelo Programa Biodiversidade Litoral do Paraná com recursos do Termo de Acordo Judicial celebrado entre o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Paraná e a Petrobras, sob interveniência do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no âmbito do processo de Cumprimento de Sentença nº 5001337-92.2012.4.04.7008, provenientes das Ações Civis Públicas 0000041-91.2010.404.7008 (PR) e nº 200270080002601, movidas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná e pelo MPPR e MPF, respectivamente, em face de Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

Sumário

1. INTRODUÇÃO 1
2. OBJETIVOS DA OFICINA 2
3. MOBILIZAÇÃO 3
4. AGENDA DE TRABALHO 9
5. ESTRATÉGIAS DE FACILITAÇÃO DA OFICINA 10
   5.1 – Abertura e boas vindas 10
   5.2 – Integração dos participantes 10
   5.3 – Apresentações temáticas 10
      5.3.1 - Condução do evento – moderadora do evento 10
      5.3.2 - Contextualização da ARIE dos Valadares – coordenador do plano de manejo .. 11
      5.3.3 – Apresentação do diagnóstico preliminar (dados secundários) – equipe técnica 11
   5.4 – Fundamentação metodológica das dinâmicas participativas 13
   5.5 - Roda de conversa 14
   5.6 - Trabalho em Grupo Parte 1: Análise FOFA e representação geoespacial 14
   5.7 - Trabalho em Grupo Parte 2: Diagrama de Venn para identificação das instituições parceiras (atuais e potenciais) 15
   5.8 – Avaliação e encerramento 16
6. RESULTADOS DA OFICINA 19
   6.1 Expectativas dos participantes 19
   6.2 Roda de conversa 21
   6.3 Matriz de avaliação estratégica da UC 23
   6.4 Identificação das instituições parceiras da ARIE dos Valadares 28
   6.5 Avaliação 31
7. ANÁLISE INTEGRADA E CONSIDERAÇÕES FINAIS 33
   7.1 A importância do momento participativo 33
   7.2 Os pontos mais sensíveis do debate 33
   7.3 As potencialidades da área 34
   7.4 O papel e a composição do Conselho Gestor 35
   7.5 A Convenção nº 169 da OIT e a Consulta Livre, Prévia e Informada 35
   7.6 Pontos relevantes para a gestão da unidade 37
   7.7 Considerações finais 38
8. ANEXOS 39
   Anexo A - Slides utilizados na condução da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares. 39
   Anexo B - Slides da Caracterização da ARIE dos Valadares 42
      Anexo B1 – Nivelamento conceitual e contextualização da gestão 42
      Anexo B2 – Diagnóstico Meio Físico (dados secundários) 44

Anexo B3 – Diagnóstico Meio Biótico (dados secundários) 46
Anexo B4 – Diagnóstico Meio Socioeconômico (dados secundários) 49
Anexo B5 – Diagnóstico Turismo e Uso Público 50
Anexo C - Lista de Presença da Oficina 52

Lista de Figuras

Figura 1 - Participantes da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico. 2
Figura 2 – Oficio e convite produzidos pela consultoria para realizar o processo de mobilização da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares. 4
Figura 3 – Páginas de perguntas e respostas do formulário eletrônico utilizado no processo de mobilização da oficina. 6
Figura 4 – E-mail enviado para a lista de participantes durante a mobilização. 6
Figura 5 – Card de divulgação da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico enviado por aplicativo de mensagem para a lista de participantes durante a mobilização. 7
Figura 6 – Mensagens enviadas por meio de aplicativo de mensagens durante o processo de mobilização. 7
Figura 7 – Plenária da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico da ARIE dos Valadares. 17
Figura 8 – Imagens dos trabalhos de grupo para formulação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades. 17
Figura 9 – Imagem do trabalho de grupo realizado para a construção do Diagrama de Venn. 18
Figura 10 – Painel de identificação dos participantes e suas expectativas. 21
Figura 11 – Painel com as observações feitas pelos participantes durante a roda de conversa. 22
Figura 12 - Painel Oportunidades 24
Figura 13 - Painel Ameaças 25
Figura 14 - Painel Fraquezas 27
Figura 15 - Painel Fortalezas 28
Figura 16 – Painel formado para o Diagrama de Venn. 30
Figura 17 – Painel de avaliação da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico da ARIE dos Valadares. 32

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório faz parte das ações previstas para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) dos Valadares, mais especificamente da etapa de elaboração do diagnóstico da Unidade de Conservação (UC). A oficina ocorreu no dia 17 de setembro de 2026, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria (SEMMA) de Paranaguá, das 08h30 às 16h00.

O evento contou com a presença de, ao menos, 48 participantes, representantes do governo municipal, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino, pesquisadores, funcionários da SEMMA e moradores locais.

O processo participativo aqui relatado insere-se no conjunto de etapas de elaboração do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares, previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000. Nos termos do art. 5º, inciso IV, e do art. 22, § 2º, da referida lei, a gestão das unidades de conservação deve assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão desses espaços. Nesse sentido, a oficina constitui um dos momentos de escuta e de construção coletiva do conhecimento sobre o território, complementando o levantamento de dados secundários com a percepção, a vivência e o saber das comunidades e das instituições que atuam na área.

2. OBJETIVOS DA OFICINA

- Apresentar versão preliminar do diagnóstico da ARIE dos Valadares, envolvendo os aspectos do meio físico, biológico, socioeconômico e de uso público.
- Elaborar uma matriz de avaliação estratégica da UC, envolvendo o ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos) e ambiente externo (oportunidades e ameaças).
- Identificar os parceiros e atores que se relacionam com a ARIE dos Valadares.

Figura 1 - Participantes da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico.



Fonte: Greentec (2026)

3. MOBILIZAÇÃO

O processo de mobilização dos atores para participação na Oficina de Contribuição ao Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares contou com a participação ativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, instituição responsável pela gestão da Unidade de Conservação, que formulou uma lista de convidados, contendo os respectivos contatos, que foram trabalhados nas ações de mobilização para o evento.

Para o processo de mobilização, foram produzidos diferentes materiais de divulgação e convite para o evento, que serviram para fazer a mobilização do público-alvo para participação na oficina, em particular: ofício circular, convite e card de divulgação, conforme apresentados nas figuras a seguir.

Em um primeiro momento, a SEMMA fez o encaminhamento do ofício para as diferentes instituições elencadas e, posteriormente, a empresa Greentec iniciou o trabalho de mobilização, por meio do encaminhamento de e-mails e também por aplicativo de mensagens ou telefonema, quando necessário. Nesses momentos, os materiais acessórios ao ofício eram enviados aos participantes.

Para ajudar no processo de mobilização, a consultoria elaborou um formulário de inscrição, com o intuito de acompanhar a adesão dos participantes inscritos e auxiliar no planejamento da oficina.

Figura 2 – Oficio e convite produzidos pela consultoria para realizar o processo de mobilização da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

OFÍCIO Nº 029/2026 / SEMMA / TÉCNICO

Paranaguá, 24 de agosto de 2026.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT
ESCRITÓRIO REGIONAL DO LITORAL DO PARANÁ – ERLIT
Sr. Altamir Juliano Hacke

Assunto: Convite para a Oficina de Contribuição ao Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares

A Prefeitura de Paranaguá/PR, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria (SEMMA), instituição responsável pela gestão das Unidades de Conservação municipais de Paranaguá, informa que está em curso a elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) dos Valadares.

O trabalho será conduzido por meio de contrato estabelecido entre o FUNBIO e a empresa GREENTEC, com recursos do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Programa TAJ Litoral do Paraná.

No âmbito da 3ª Etapa da consultoria contratada, vimos, pelo presente, convidá-lo(a) para a **Oficina de Contribuição ao Diagnóstico**, a ser realizada no dia **17 de setembro de 2026**, das 08:30 às 16 hr, na sede da SEMMA, situada à Avenida Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, s/nº – Aeroporto (em frente a Chevrolet Valesul).

A oficina constitui o primeiro momento do processo participativo e de inclusão da sociedade no planejamento da ARIE, proporcionando que as lideranças locais e as instituições que influenciam as dinâmicas do território contribuam para melhorar a gestão da UC e sua zona de amortecimento. O evento será importante para promover um maior conhecimento sobre o território, contribuindo para a definição do seu propósito e significância, além de elencar os principais recursos e valores (naturais, sociais, históricos e econômicos) fundamentais para a conservação.

Oportunamente, será enviada a programação detalhada do evento e o Guia do Participante, com material explicativo e suplementar sobre a oficina e sobre a ARIE, visando otimizar o tempo no dia da oficina.

A participação desta instituição será de fundamental importância para o sucesso da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico. As equipes da SEMMA e da empresa GREENTEC, responsáveis pela mobilização dos participantes, voltarão a fazer contato, com o objetivo de assegurar a presença institucional.

Desde já, agradecemos pela atenção e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

MÁRCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente e Zeladoria

Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº – Aeroporto
Fone: (41) 3721-1780

CONVITE

Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) dos Valadares

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA Paranaguá) iniciou o processo de elaboração do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares com garantia de ampla participação dos atores sociais da nossa região.

Convidamos a participar da **Oficina de Contribuição ao Diagnóstico**, com vistas a compartilharmos os saberes sobre o território, darmos voz às instituições que se relacionam com a ARIE dos Valadares e assim construirmos um documento técnico mais ajustado à realidade local.

PARTICIPE!!!

DIA: 17/09/2026

HORÁRIO*: 08:30 às 16 hr

LOCAL: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto - Complexo Aeroparque.



* Será fornecida a alimentação durante o evento.
* O convite é individual e intransferível.
* A equipe de mobilização da Greentec voltará a fazer contato para confirmar a sua participação!

Figura 3 – Páginas de perguntas e respostas do formulário eletrônico utilizado no processo de mobilização da oficina.

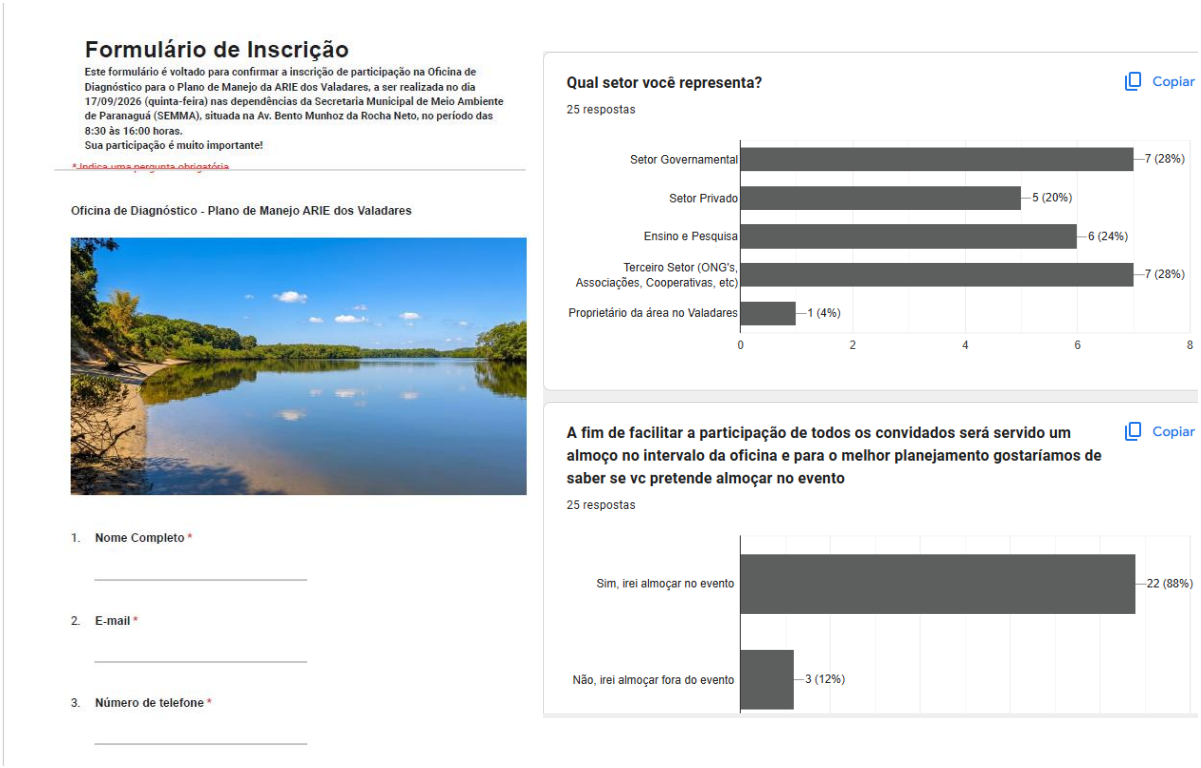


Figura 4 – E-mail enviado para a lista de participantes durante a mobilização.

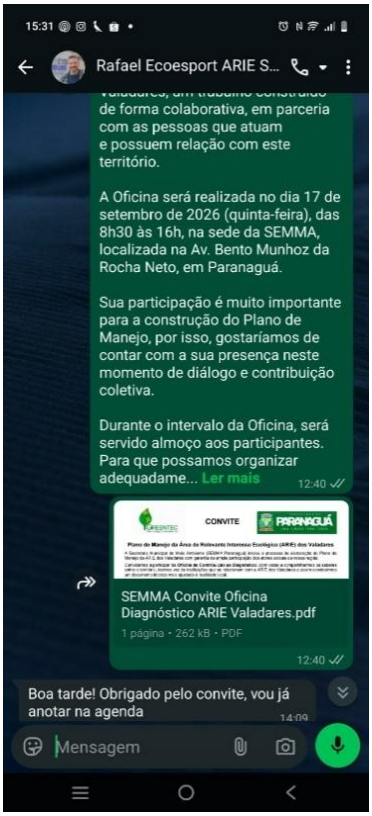


Figura 5 – Card de divulgação da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico enviado por aplicativo de mensagem para a lista de participantes durante a mobilização.

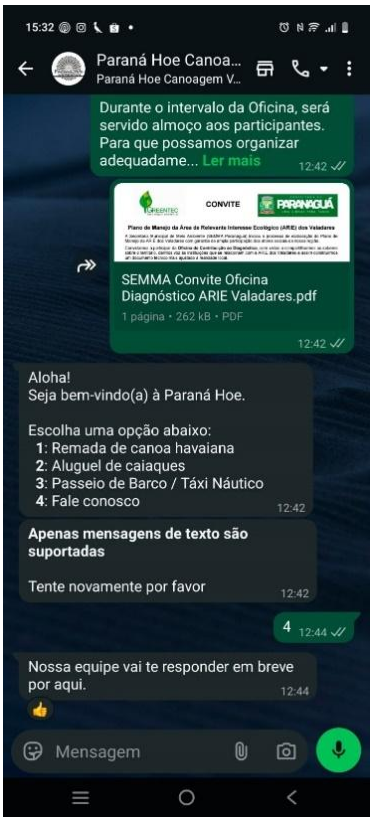


Figura 6 – Mensagens enviadas por meio de aplicativo de mensagens durante o processo de mobilização.






15:32
Cristiane Christoval Secr...
Ontem
Formulário de Inscrição
Formulário de Inscrição
Este formulário é voltado para confirmar a inscrição de participação na Oficina de Diagnóstico para o Plano de Manejo da ARIE dos Valadares, a ser realizada no dia 17/09/2026 (quinta-feira) nas dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente d...
forms.gle
Prezado(a), bom dia!
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá tem a satisfação de convidá-lo(a) para participar da Oficina de Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares, um trabalho construído de forma colaborativa, em parceria com as pessoas que atuam e possuem relação com este território.
A Oficina será realizada no dia 17 de setembro de 2026 (quinta-feira), das 8h30 às 16h, na sede da SEMMA, localizada na Av. Bento Munhoz da
Mensagem


15:32
Paraná Hoe Canoa...
Paraná Hoe Canoagem V...
Durante o intervalo da Oficina, será servido almoço aos participantes. Para que possamos organizar adequadame... Ler mais
12:42
CONVITE
SEMMA Convite Oficina Diagnóstico ARIE Valadares.pdf
1 página • 262 kB • PDF
12:42
Aloha!
Seja bem-vindo(a) à Paraná Hoe.
Escolha uma opção abaixo:
1: Remada de canoa havaiana
2: Aluguel de caiaques
3: Passeio de Barco / Táxi Náutico
4: Fale conosco
12:42
Apenas mensagens de texto são suportadas
Tente novamente por favor
12:42
4
12:44
Nossa equipe vai te responder em breve por aqui.
12:44
Mensagem

4. AGENDA DE TRABALHO

Horário	Atividade
08:30 – 09:00	Credenciamento, boas-vindas e café de acolhimento
09:00 – 09:15	Abertura do evento e falas de acolhida
09:15 – 09:30	Organização da reunião
09:30 – 10:00	Integração dos participantes
10:00 – 10:30	Apresentação sobre o SNUC, suas categorias, com foco na ARIE
10:30 – 11:30	Compartilhamento dos resultados preliminares do Diagnóstico da UC
11:30 – 12:00	Roda de conversa
12:00 – 13:30	Intervalo para almoço
13:30 – 15:00	Identificando de forma colaborativa: Oportunidades, ameaças, fortalezas e fraquezas da UC
15:00 – 15:15	Intervalo
15:15 – 16:00	Reconhecendo parceiros importantes da UC
16:00 – 16:10	Avaliação e encerramento

5. ESTRATÉGIAS DE FACILITAÇÃO DA OFICINA

Abaixo se apresenta, de forma sequencial, a estratégia metodológica adotada na oficina.

5.1 – Abertura e boas vindas

Os participantes foram recebidos no início da reunião e convidados a assinar a lista de presença e tomar um café da manhã oferecido pela Consultoria. Uma vez que todos estavam identificados, a moderadora convidou os representantes da SEMMA para dar as boas-vindas, abriu a palavra para o coordenador do trabalho também expressar seus votos de um grande dia de trabalho e, em seguida, apresentou o funcionamento da dinâmica a ser adotada na oficina.

5.2 – Integração dos participantes

Os participantes foram convidados a se identificar e apresentar as suas expectativas com relação à oficina, indicando, quando coubesse, se eram membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA).

5.3 – Apresentações temáticas

A oficina contou com apresentações diversas conduzidas pela moderadora, pelo coordenador do plano de manejo e pelos consultores da equipe técnica, cada qual responsável por uma dimensão do diagnóstico. As apresentações foram projetadas em formato de slides, exibidos à plenária por meio de projetor multimídia, e seus conteúdos foram compilados nos Anexos A e B deste relatório.

5.3.1 - Condução do evento – moderadora do evento

- Fio lógico e operacionalização da oficina (Andrea Carrillo) – A apresentação de condução do evento (Anexo A) foi realizada pela moderadora com o objetivo de orientar a participação dos presentes ao longo da oficina e garantir a uniformidade de entendimento sobre o seu funcionamento. A exposição abriu com a apresentação da programação completa do dia, alinhando os horários e as atividades previstas na agenda, e com a explicitação dos objetivos da oficina — nivelar o conhecimento sobre a Lei do SNUC, seus grupos, categorias e a Zona de Amortecimento, além do Plano de Manejo e do Conselho Gestor; debater a categoria ARIE, os objetivos de conservação da ARIE dos Valadares e as questões de direito de propriedade, usos dos recursos e população residente; apresentar as informações secundárias do diagnóstico socioambiental; coletar informações primárias sobre o contexto interno e externo; e identificar as instituições locais e sua relação atual e potencial com a unidade. Em seguida, foram apresentadas as regras de convivência, sob a denominação "nosso trato", que pautaram o clima de cooperação ao longo de todo o dia — cumprimento do horário acordado, ajuste dos celulares para a manutenção do foco nas discussões da oficina, inscrição antes da fala e a recomendação de evitar o desperdício de copos plásticos. A moderadora também contextualizou a importância das oficinas participativas para a gestão de unidades de conservação, destacando que a participação social, princípio do SNUC (Lei nº 9.985/2000), dá voz aos diferentes atores, valoriza os conhecimentos locais, constrói consensos e reduz conflitos, apoia o planejamento da UC, identifica problemas e oportunidades, fortalece a governança e confere legitimidade às decisões — esclarecendo, contudo, que participar não significa que todas as decisões sejam tomadas por consenso ou que todos detenham igual poder decisório, mas sim criar condições para que os interessados sejam ouvidos e possam contribuir efetivamente. Foram então apresentadas as instruções de funcionamento das dinâmicas de trabalho em grupo: a Análise FOFA, organizada em dois espaços fixos — ambiente interno (UC e Zona de Amortecimento) e ambiente externo; e o Diagrama de Venn para o mapeamento de parceiros, que classificou as instituições por tipo

de vínculo com a gestão da UC. Por fim, foram apresentados os procedimentos da roda de conversa, voltada à reflexão sobre a atual realidade da ARIE dos Valadares, e da avaliação final, na qual cada participante apontaria um ponto positivo e um ponto a melhorar da oficina, encerrando a apresentação e preparando os participantes para as etapas seguintes.

5.3.2 - Contextualização da ARIE dos Valadares – coordenador do plano de manejo

- Nivelamento Conceitual (Rogerio Vereza) – A apresentação de nivelamento conceitual e status atual (Anexo B1) foi conduzida com o objetivo de situar a oficina no âmbito do processo de elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (UC) e de nivelar o conhecimento dos participantes sobre o arcabouço legal e o sistema de gestão do território. A exposição iniciou pela desmistificação dos espaços protegidos, distinguindo os instrumentos que costumam ser confundidos na imprensa e na sociedade — a Área de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal, oriundas do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), e a Unidade de Conservação (UC) e a Área de Proteção Ambiental (APA), regidas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei nº 9.985/2000) —, ilustrando, com o exemplo prático da própria Ilha dos Valadares, que a ARIE é uma UC de Uso Sustentável e que as margens dos rios Itiberê e Correias constituem APPs, sem contradição entre os dois regimes. Em seguida, foram apresentados os dois grupos do SNUC — Proteção Integral e Uso Sustentável — e a categoria ARIE em particular (art. 16 do SNUC), com seu perfil territorial, atributos naturais, objetivo principal e flexibilidade de dominialidade, que admite terras públicas ou privadas sem desapropriação total imediata. A apresentação discorreu ainda sobre o Plano de Manejo como documento técnico-legal que estabelece o zoneamento e as normas de uso (metodologia ICMBio 2018), o conceito de zoneamento ambiental como "planta baixa" da UC, a função da Zona de Amortecimento (ZA) como escudo contra impactos externos e os programas de manejo como engrenagens da ação — regularização fundiária, turismo e uso público, fiscalização e proteção e educação ambiental. Foi apresentado o raio-x da ARIE dos Valadares, criada pelo Decreto Municipal nº 5.102/2024, com seus objetivos de conservação, dominialidade (área da União/SPU cedida ao município) e zona de amortecimento inicial, bem como o panorama do sistema de gestão da SEMMA — equipe técnica atual, infraestrutura e as lacunas críticas de logística de campo, sobretudo a escassez de recursos de patrulha aquática — e o status do Conselho Gestor, ainda inexistente e com atribuições temporariamente repassadas ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA), com previsão de estruturação até 2027 por meio do projeto FUNBIO. A exposição encerrou com os desafios imediatos da unidade — o nó fundiário, a ocupação irregular e o manejo de resíduos, o turismo não estruturado e o isolamento logístico — e com a demonstração do limite da área de trabalho por meio de ferramenta de mapas interativos (Google Earth), que permitiu aos participantes visualizar, em escala, o perímetro da ARIE e de sua zona de amortecimento sobre a paisagem real da ilha, consolidando o entendimento do escopo geográfico do projeto e preparando o terreno para as apresentações do diagnóstico preliminar e para as dinâmicas participativas subsequentes.

5.3.3 – Apresentação do diagnóstico preliminar (dados secundários) – equipe técnica

Apresentação temática realizada com o objetivo de compartilhar com os participantes os resultados do levantamento de dados secundários da ARIE. A apresentação percorreu os temas que estruturam o diagnóstico socioambiental: meio físico, meio biótico, meio socioeconômico e uso público/turismo. Para cada dimensão, foram expostos os principais aspectos identificados na literatura e nas bases de dados consultadas, servindo de ponto de partida para a validação e a complementação pelos participantes nas dinâmicas seguintes. De maneira sintética, os seguintes pontos foram abordados:

- Meio Físico (Arthur Cavalcante) - A apresentação do diagnóstico do meio físico (Anexo B2) caracterizou a Ilha dos Valadares como uma planície insular baixa e frágil — com altitude máxima em torno de 15 metros e cerca de 85% do território em declividades de 0% a 3% —, extremamente suscetível à variação das marés e, por consequência, dependente de atenção máxima ao escoamento das águas pluviais. Foram detalhados os solos dominantes — Neossolos Quartzarênicos, de alta permeabilidade e baixa coesão, onde a ocupação humana se expande, e Gleissolos Tiomórficos, ricos em matéria orgânica e sujeitos ao empoçamento, onde domina o ecossistema estuarino — e o comportamento do aquífero livre, raso e quase aflorante, cuja contaminação foi evidenciada pelo dado crítico de que 60% das amostras analisadas apresentam coliformes (Hindi et al., 2023), impondo risco direto à saúde pública dos usuários de poços rasos não monitorados. A apresentação abordou ainda a dinâmica hídrica local — o isolamento entre os rios Itiberê e Correias e a ausência de drenagem superficial natural no interior da ilha — e a conversão dos canais de drenagem em receptores de esgoto e resíduos sólidos, com elevado grau de poluição e eutrofização; e a erosão ativa das margens, ilustrada pelo colapso de talude de aproximadamente 6 metros no Rio Correias, com perda de território, exposição de residências a riscos geotécnicos e assoreamento da calha. A leitura concluiu pela função de "escudo" das Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos rios e manguezais contra a erosão estuarina, traduzida em diretrizes normativas — proibição de fossas rudimentares e de supressão da vegetação marginal, restrição à abertura de novos poços de captação e condicionamento de obras viárias a Soluções Baseadas na Natureza —, encerrando com o convite à validação participativa das dinâmicas apresentadas.

- Meio Biótico (Eduardo Felizola) - A apresentação do diagnóstico do meio biótico (Anexo B3) situou a ARIE dos Valadares, criada pelo Decreto Municipal nº 5.102/2024 e com 52,18 hectares integralmente inseridos na Zona de Amortecimento da Reserva da Biosfera, como um "trampolim ecológico" de relevância regional, conectando paisagens fragmentadas no contexto do Mosaico Lagamar, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do Corredor Serra do Mar e do Sítio Ramsar do litoral paranaense. Foram caracterizadas as três fitofisionomias do gradiente ecológico da unidade — Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, Restinga e Manguezal —, com seus serviços ecossistêmicos, e destaca dos alvos de conservação, como o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), a suçuarana (*Puma concolor*) e o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), além da base trófica representada pela herpetofauna (27 espécies prováveis de anfíbios, 16 delas endêmicas da Mata Atlântica) e pela ictiofauna do complexo estuarino (213 espécies), que sustenta a economia pesqueira local por meio de espécies comerciais como o caranguejo-uçá, o camarão-branco, as tainhas e os robalos. Foram igualmente apresentados os vetores de pressão e degradação — expansão urbana desordenada, ausência de saneamento com eutrofização dos corpos hídricos, proliferação de espécies exóticas e extrativismo predatório —, articulados no denominado "ciclo de colapso físico-biológico", que culmina em assoreamento e perda de biodiversidade, e as lacunas e diretrizes de manejo correspondentes, com prioridade para o monitoramento ostensivo da cobertura vegetal e da dinâmica populacional das espécies ameaçadas, além dos indicativos de normatização do zoneamento e das possibilidades de uso público interpretativo por fitofisionomia.

- Socioeconomia (Marly Santos) - A apresentação do diagnóstico socioeconômico (Anexo B4) partiu do "paradoxo da riqueza" do município — que associa um elevado PIB per capita, impulsionado pelo complexo portuário, e IDHM de 0,750 a um Índice de Progresso Social de 57,13 (patamar fraco), com fragilidades críticas nas dimensões de segurança pessoal, inclusão social e saúde e bem-estar — para demonstrar que a riqueza continental não se traduz automaticamente em progresso para a Ilha dos Valadares. A apresentação reconstituiu

a evolução territorial da ocupação, do isolamento caiçara e das travessias por bateiras à construção da passarela em 1991 e à abertura da Ponte Domingos Massa em 2024, que catalisou novos fluxos comerciais e pressão imobiliária; e quantificou a pressão demográfica sobre a Zona de Amortecimento com base no Censo IBGE de 2022 — 3.817 residentes nas bordas diretas da unidade, equivalentes a 23,88% da população da ilha, com crescimento de 15,8% entre 2010 e 2022, quatro vezes superior à média municipal — e a vulnerabilidade de saneamento e de manejo de resíduos por setores censitários (destaque para o setor 165, onde apenas 23,1% dos domicílios contam com escoamento adequado, e o setor 164, com acúmulo de lixo no entorno de 97,3% dos moradores). Foram ainda abordados o patrimônio sociocultural caiçara — com o Fandango registrado pelo IPHAN em 2012 e o protagonismo da Associação de Cultura Popular Mandicuera —, o nó fundiário envolvendo União/SPU, Município (CDRU, Portaria nº 9.825/2021) e famílias beneficiárias de ZEIS e REURB-S, e os imperativos legais da regularização fundiária em unidade de uso sustentável, culminando nos quatro caminhos de pactuação: saneamento e drenagem ecológica, REURB-S sustentável, conselho gestor participativo e salvaguarda caiçara.

- Turismo/Uso Público (Mariana Madureira) - A apresentação sobre turismo e uso público (Anexo B5) estruturou o propósito da ARIE dos Valadares em quatro pilares — conservação ambiental, uso sustentável, educação e turismo e regularização e captação de recursos — e evidenciou o denominado "paradoxo turístico" de Paranaguá: a despeito da infraestrutura instalada, o município capta apenas 0,9% do fluxo turístico regional, e a Ilha dos Valadares registra somente 0,5% das menções na pesquisa estadual de demanda (43ª posição), o que sinaliza vasto espaço para crescimento sustentável, especialmente diante do enquadramento do município na Categoria B do Mapa do Turismo do Ministério do Turismo. Com base em dados da demanda regional (SETU 2024/2025), a apresentação caracterizou o visitante atual do litoral paranaense — predominantemente familiar e recorrente, com motivações centradas no contato com a natureza, na proximidade e na busca por tranquilidade — e apontou o espectro de atrativos da unidade, do ecoturismo de baixo impacto, com trilhas interpretativas e observação de aves, ao turismo de base comunitária ancorado no Fandango Caiçara, na pesca artesanal, na gastronomia e no artesanato locais. Foram identificadas as forças em tensão para a integridade da unidade — ocupação urbana, gestão de resíduos, crescimento dos cruzeiros marítimos e dinâmica estuarina — e, diante da alta sensibilidade ambiental de manguezais e restingas, estabelecidas as "regras de ouro" para a infraestrutura de uso público: prioridade a soluções suspensas e reversíveis, sem aterros, alocação de equipamentos fora de áreas de erosão ativa e rigorosa capacidade de carga. A apresentação encerrou com as prioridades dos programas de gestão — da proteção, fiscalização e recuperação ao ordenamento do uso público e à capacitação para o turismo de base comunitária — e com a proposta de interpretação ambiental como fio condutor, destacando que os dados secundários apresentados constituem apenas a moldura, cabendo à oficina participativa pintar o quadro real por meio do conhecimento empírico de quem vive e gere o território

5.4 – Fundamentação metodológica das dinâmicas participativas

As dinâmicas adotadas na oficina foram concebidas para operar como instrumento complementar ao levantamento de dados secundários, e não como etapa isolada ou meramente ilustrativa. O diagnóstico de dados secundários, apresentado pelos técnicos da consultoria, sistematiza informações disponíveis em fontes bibliográficas, cartográficas e institucionais sobre o meio físico, biótico, socioeconômico e de uso público da UC. Esse levantamento, embora essencial, apresenta limites inerentes: defasagem temporal dos dados, lacunas de informação sobre realidades locais pouco documentadas e ausência da dimensão vivencial do território.

A participação social atua exatamente sobre essas lacunas. Ao mobilizar o conhecimento local — acumulado pela vivência das comunidades caiçaras, dos moradores e dos técnicos que atuam na área —, as dinâmicas permitem validar, atualizar e ampliar as informações levantadas na literatura, além de revelar aspectos que não constam das fontes secundárias. Essa complementaridade é reconhecida na literatura de planejamento ambiental e de gestão de unidades de conservação, que destaca a importância de integrar o conhecimento científico ao conhecimento local para a construção de diagnósticos mais completos e de planos de manejo mais aderentes à realidade.

A análise FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) foi empregada como ferramenta de diagnóstico estratégico, permitindo organizar, de forma participativa, os fatores internos (fortalezas e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que influenciam a gestão da UC. Sua aplicação em ambiente participativo amplia o alcance da ferramenta, pois, ao invés de um exercício restrito à equipe técnica, a matriz passa a incorporar a percepção dos diferentes atores, conferindo maior legitimidade e abrangência ao diagnóstico estratégico (Itens 5.6 e 6.3, a seguir). A representação geoespacial dos aspectos identificados, por sua vez, ancora a matriz FOFA no território, associando algumas das diferentes questões tratadas a sua localização concreta e permitindo visualizar a distribuição espacial dos pontos negativos e positivos do território — informação que pode contribuir diretamente com o zoneamento e as diretrizes do plano de manejo.

O Diagrama de Venn, por sua vez, foi empregado para mapear e qualificar a rede de relações institucionais da UC. A técnica permite representar visualmente os diferentes graus de vínculo entre a gestão da unidade e as instituições parceiras, distinguindo os relacionamentos formalizados daqueles informais ou ainda inexistentes (potenciais) (Itens 5.7 e 6.4, a seguir). No contexto do planejamento de uma unidade de conservação, o mapeamento dessa rede é fundamental para a identificação de parceiros estratégicos, para a definição da composição do conselho gestor e para a construção da estratégia de articulação institucional para a implementação do plano de manejo. A aplicação participativa da técnica assegura que o mapeamento reflita o conhecimento coletivo sobre as parcerias existentes e as lacunas de articulação a serem superadas.

Dessa forma, as dinâmicas da oficina não se limitam a coletar opiniões, pois elas estruturam a contribuição participativa em produtos técnicos — a Matriz de Avaliação Estratégica da UC, os mapas de espacialização dos aspectos e o Diagrama de Venn das instituições parceiras — que se integram ao diagnóstico socioambiental e orientam as etapas subsequentes do plano de manejo. Essa integração entre o levantamento de dados secundários e o conhecimento participativo confere ao diagnóstico maior robustez, atualidade e legitimidade social.

5.5 - Roda de conversa

Após a apresentação do diagnóstico, os participantes se inscreveram para tirar dúvidas e fazer colocações sobre o conteúdo apresentado pela equipe técnica. A inscrição e o tempo foram moderados em função do curto período da oficina e as principais colocações foram devidamente registradas em um painel.

5.6 - Trabalho em Grupo Parte 1: Análise FOFA e representação geoespacial

Na sequência da roda de conversa, teve início a primeira dinâmica de trabalho em grupo, realizada conforme o horário previsto na agenda (13h30 às 15h00), com o objetivo de identificar, de forma colaborativa, as oportunidades, ameaças, fortalezas e fraquezas da ARIE dos Valadares e de representá-las espacialmente sobre a base cartográfica da Unidade de Conservação (UC).

Os participantes foram organizados em 2 grupos de trabalho com aproximadamente 20 participantes, formados de maneira aleatória por indicação da moderadora, mas sempre com orientada a assegurar, em cada grupo, a presença de representantes do poder público municipal, dos órgãos ambientais, das instituições de ensino e pesquisa, das organizações da sociedade civil e das comunidades locais, incluindo a população caiçara. Essa composição objetivou garantir a pluralidade de percepções e a representatividade dos diferentes setores no debate, evitando a concentração das discussões em um único segmento.

Cada grupo recebeu um kit de trabalho contendo: (i) mapa-base da ARIE e de sua zona de amortecimento, em escala compatível com a identificação visual dos principais elementos da paisagem local (rede hídrica, malha urbana, vegetação remanescente, equipamentos públicos e núcleos populacionais); (ii) tarjetas de cores distintas, uma cor associada a cada eixo da matriz FOFA; e (iii) material de anotação para registro das deliberações.

A dinâmica foi conduzida em quatro etapas:

a) Levantamento e registro: orientados pela facilitação, o Grupo 1 discutiu e registrou em tarjetas os aspectos relativos ao ambiente externo (oportunidades e ameaças), enquanto o Grupo 2 tratou do ambiente interno (fortalezas e fraquezas), com base na percepção, no conhecimento do território e na experiência dos participantes. Após 45 minutos, os participantes de um grupo foram convidados a contribuir no outro grupo, de maneira que todos os participantes pudessem contribuir nos dois ambientes (interno e externo). A segunda rodada teve duração de 30 minutos.

b) Representação espacial: em seguida, quando possível, cada aspecto registrado foi localizado no mapa-base, representado por uma imagem de satélite de alta resolução e os limites da UC e Zona Amortecimento e circunzinhança — a exemplo de lançamentos de efluentes, ocupações irregulares, áreas de risco, equipamentos públicos e áreas de ocorrência das comunidades tradicionais —, utilizando simbologia previamente padronizada (adesivo vermelho para aspectos negativos e adesivo verde para aspectos positivos) e registrando-se numericamente, no adesivo e na tarjeta, a correspondência entre o local mapeado e o aspecto identificado;

c) Registro de divergências: como critério do método, os aspectos que não alcançassem consenso imediato, sobretudo na visão dos diferentes grupos, deveriam ser mantidos no painel com a anotação das posições divergentes, preservando-se o contraditório como insumo para a análise técnica posterior;

d) Consolidação em plenária: cada grupo apresentou à plenária a sua matriz e o seu mapa; os pontos convergentes foram consolidados pela equipe técnica na Matriz de Avaliação Estratégica da UC (seção 6.3), e os mapas produzidos pelos grupos compõem o registro geoespacial dos resultados, apresentado no capítulo 6 deste relatório.

A espacialização dos aspectos identificados cumpre dupla função: qualifica a matriz FOFA, ao associar cada questão a uma localização concreta no território, e subsidia diretamente o diagnóstico socioambiental da UC, ao indicar os pontos de atenção e as potencialidades que deverão orientar o zoneamento e as ações do plano de manejo.

5.7 - Trabalho em Grupo Parte 2: Diagrama de Venn para identificação das instituições parceiras (atuais e potenciais)

Na segunda dinâmica de trabalho em grupo, os participantes foram convidados a identificar as instituições com atuação ou interesse na ARIE dos Valadares e a classificá-las quanto ao tipo de vínculo com a gestão da UC, por meio da técnica do Diagrama de Venn.

Para tanto, foi disposto um painel com três conjuntos concêntricos e parcialmente sobrepostos, correspondentes às seguintes categorias de relacionamento institucional:

- Retângulo interno (acordo formal): instituições que possuem instrumento jurídico formalizado e vigente com a gestão da UC — tais como convênios, termos de cooperação técnica, contratos ou acordos de gestão;
- Retângulo intermediário (parceria sem acordo formal): instituições que atuam de forma reconhecida e continuada no território ou junto à UC, mas sem instrumento formal de parceria;
- Retângulo externo (presença na área): instituições presentes ou com atuação na área da UC e em seu entorno que ainda não foram contatadas pela gestão ou que não possuem qualquer vínculo formalizado.

A dinâmica transcorreu nas seguintes etapas:

a) Levantamento das instituições: em plenária, os participantes indicaram as instituições conhecidas por sua atuação na área, registradas em tarjetas nominativas;

b) Classificação coletiva: cada instituição foi discutida e alocada no círculo correspondente, mediante justificativa oral sobre a natureza do vínculo — existência ou não de instrumento formal e regularidade e relevância da atuação na área;

c) Tratamento das sobreposições: instituições com múltiplas formas de atuação foram posicionadas nas áreas de interseção entre os círculos, de modo a refletir vínculos simultâneos;

d) Identificação de lacunas: ao final, o grupo debateu as instituições relevantes para a gestão da UC que ainda não mantêm relacionamento formalizado, sinalizando oportunidades de aproximação e de formalização de parcerias;

e) Consolidação: o resultado consolidado do Diagrama de Venn foi registrado e integra a seção 6.4 deste relatório, constituindo base para a proposta de composição e ampliação do Conselho Gestor da ARIE dos Valadares e para a estratégia de articulação institucional do plano de manejo.

A técnica do Diagrama de Venn, aplicada de forma participativa, permite visualizar de imediato a densidade e a qualidade da rede de parceiros da UC, evidenciando tanto os vínculos já consolidados quanto as carências de articulação institucional que deverão ser tratadas no âmbito do plano de manejo

5.8 – Avaliação e encerramento

Finalizando os trabalhos, foi solicitado aos participantes que apontassem um ponto positivo da oficina e um ponto a melhorar da oficina, registrados em tarjetas de cores distintas e, em seguida, transcorreram as falas finais pelos anfitriões do evento.

Figura 7 – Plenária da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico da ARIE dos Valadares.



Fonte: Greentec (2026)

Figura 8 – Imagens dos trabalhos de grupo para formulação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades.





Fonte: Greentec (2026)

Figura 9 – Imagem do trabalho de grupo realizado para a construção do Diagrama de Venn.



Fonte: Greentec (2026)

Os slides utilizados pela moderadora para condução da oficina, bem como aqueles empregados na contextualização e na apresentação do diagnóstico preliminar, foram compilados no Anexo A deste relatório, de modo a preservar a fluidez da leitura.

A contextualização da ARIE dos Valadares no âmbito do SNUC e os resultados preliminares do diagnóstico socioambiental, obtidos a partir de dados secundários, foram apresentados por meio de slides, compilados no Anexo B (B1 a B5) deste relatório

6. RESULTADOS DA OFICINA

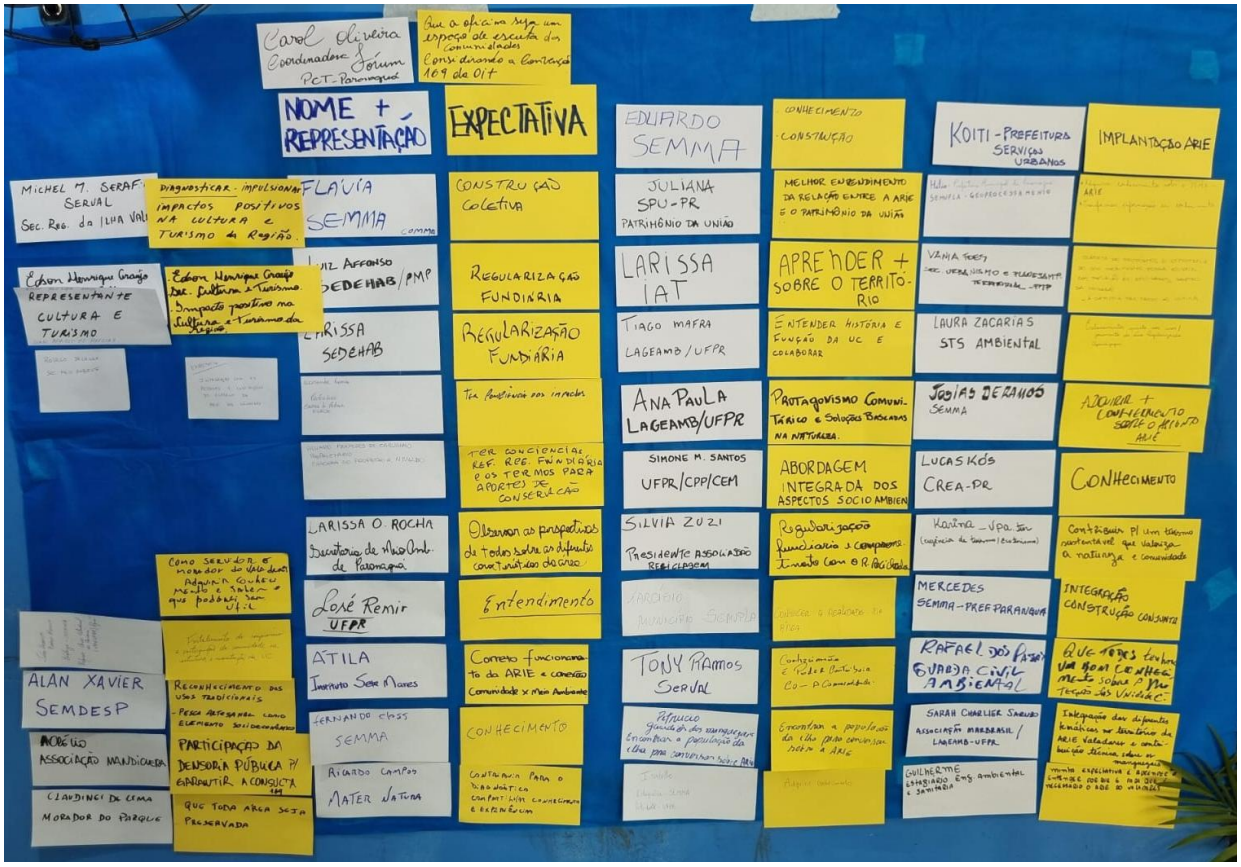
Abaixo serão descritos os resultados obtidos durante a realização da Oficina Participativa de Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares.

6.1 Expectativas dos participantes

RELAÇÃO DE EXPECTATIVAS SOBRE A OFICINA
Construção coletiva
Regularização fundiária
Ter consciência dos impactos
Ter consciência da regularização fundiária e os termos para aportes de conservação
Observar as perspectivas de todos sobre as diferentes características da área
Entendimento
Correto funcionamento da ARIE e conexão entre comunidade e meio ambiente
Conhecimento (2)
Contribuir para o diagnóstico e compartilhar conhecimento e experiência
Conhecimento / Construção
Melhor entendimento da relação entre a ARIE e o Patrimônio da União
Aprender mais sobre o território
Entender história e função da UC e colaborar
Protagonismo comunitário e soluções baseadas na natureza
Abordagem integrada dos aspectos socioambientais
Aprender e entender por que e para que é necessário a ARIE dos Valadares
Regularização fundiária e comprometimento com o resíduo reciclável
Conhecer a realidade da área
Conhecimento e poder contribuir com a comunidade
Encontrar a população da ilha para conversar sobre a ARIE
Adquirir conhecimento (2)
Implantação da ARIE
Esclarecimentos quanto aos usos / zoneamento da área, regularização e aprendizagem
Clareza de propósitos e expectativa do que realmente possa existir com relação às atividades dentro da unidade
Transformar informação em conhecimento

RELAÇÃO DE EXPECTATIVAS SOBRE A OFICINA
Adquirir mais conhecimento sobre o assunto ARIE
Contribuir para um turismo sustentável que valoriza a natureza e a comunidade
Integração e construção conjunta
Que todos tenham um bom conhecimento sobre a proteção das unidades
Integração das diferentes temáticas no território da ARIE e contribuição técnica sobre os manguezais
Construção coletiva
Integração com as pessoas e instituições do entorno da ARIE dos Valadares
Impacto positivo na cultura e turismo da região
Adquirir conhecimento e saber como pode ser útil
Fortalecimento do compromisso e participação da comunidade na estrutura e manutenção da UC
Reconhecimento dos usos tradicionais e pesca artesanal como elemento socioeconômico
Que a oficina seja um espaço de escuta das comunidades, considerando a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Participação da Defensoria Pública para garantir a observância Convenção nº 169 da OIT de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI)
Que toda área seja preservada
Diagnosticar e impulsionar impactos positivos na cultura e turismo da região

Figura 10 – Painel de identificação dos participantes e suas expectativas.



Fonte: Greentec (2026)

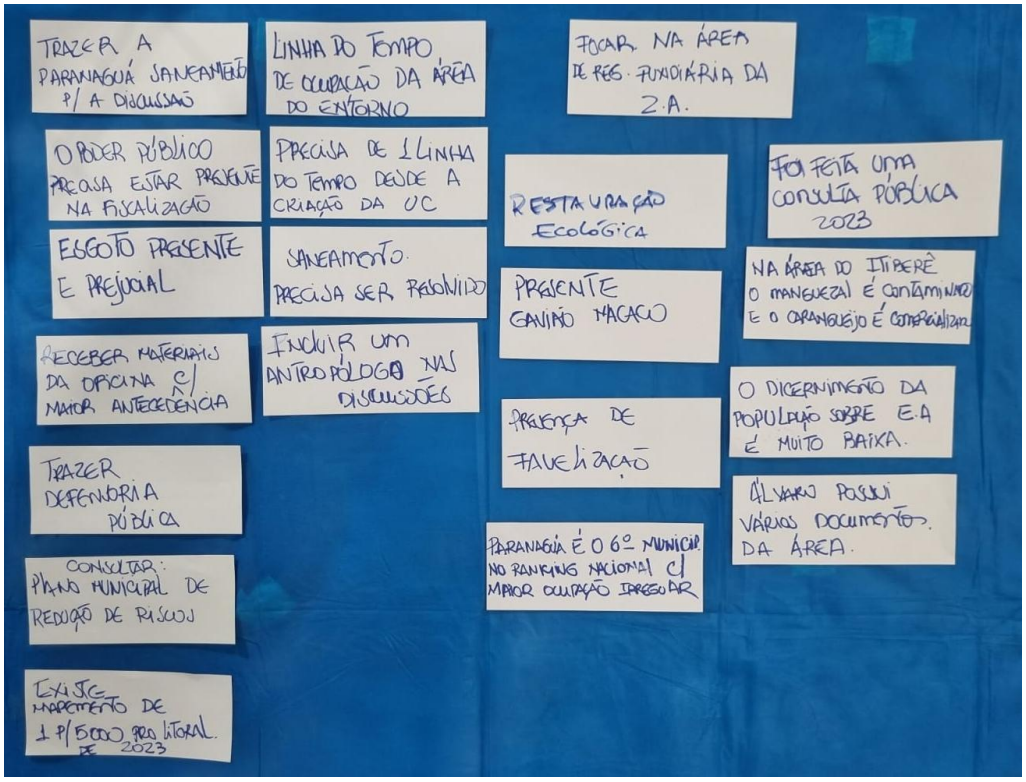
6.2 Roda de conversa

Seguem as contribuições da plenária sobre pontos de atenção com relação ao processo de elaboração do plano de manejo:

- Informada a realização de uma consulta pública em 2023 voltada para a criação da ARIE;
- Na área do rio Itiberê o manguezal é contaminado e o caranguejo é comercializado;
- O discernimento da população sobre educação ambiental é muito baixo;
- O Sr. Álvaro possui vários documentos sobre a área;
- Existe mapeamento do uso do solo e vegetação na escala 1: 5.000 para o litoral;
- Consultar o Plano Municipal de Redução de Riscos durante a elaboração do Plano de Manejo da ARIE;
- Convidar a defensoria pública para participar do processo de construção do Plano de Manejo da ARIE;
- Receber os materiais da oficina com maior antecedência;
- Lançamento de efluentes do esgotamento sanitário nos cursos d'água que impactam e prejudicam a ARIE;
- Trazer a empresa Paranaguá Saneamento para a discussão do Plano de Manejo da ARIE;
- O problema do saneamento é central e precisa ser resolvido;
- Necessidade de formar uma linha do tempo que retrate a criação da ARIE dos Valadares e a ocupação da área do entorno da UC;
- Paranaguá é o 6º (sexto) município no ranking nacional com maior ocupação irregular;
- Presença de favelização no entorno da ARIE;

- Presença do gavião-macaco;
- Necessidade de promover a restauração ecológica;
- Focar na área de regularização fundiária existente na Zona de Amortecimento.

Figura 11 – Painel com as observações feitas pelos participantes durante a roda de conversa.



Fonte: Greentec (2026)

6.3 Matriz de avaliação estratégica da UC

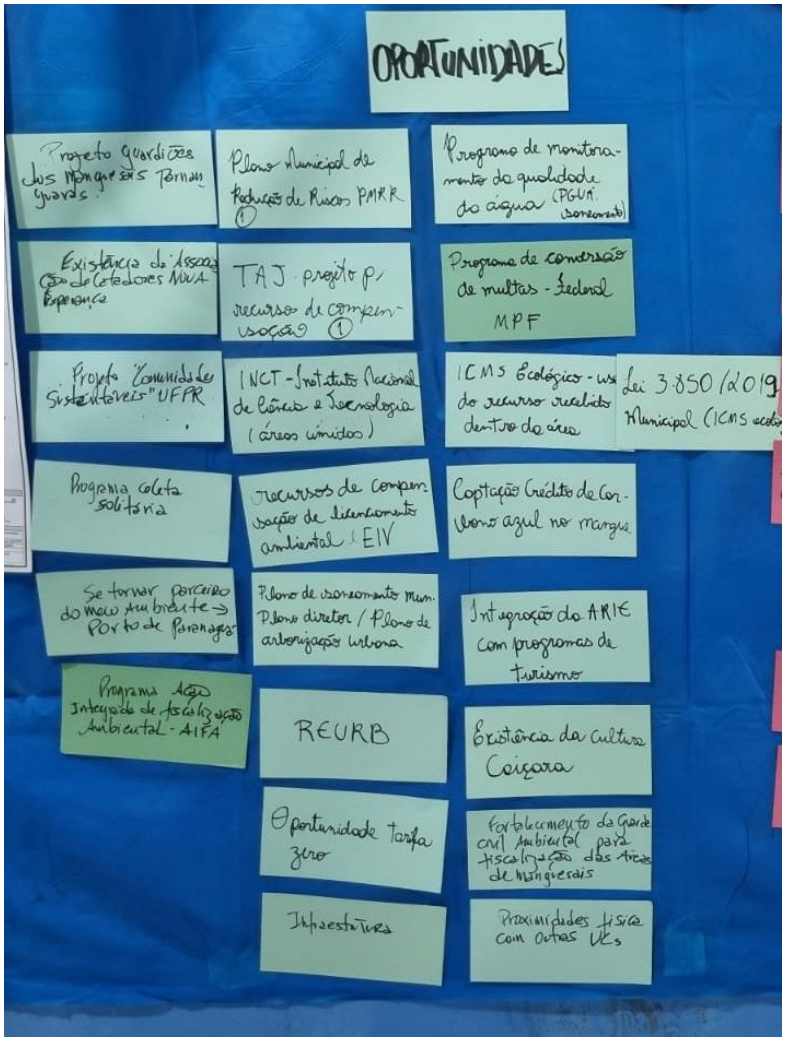
Seguem as contribuições obtidas.

6.3.1 Ambiente externo da UC

Oportunidades:

- Programa de monitoramento da qualidade da água (Paranaguá Saneamento);
- Plano Municipal de Redução de Riscos;
- Projeto Guardiões dos Manguezais Parnanguaras;
- Existência da Associação de Catadores Nova Esperança;
- Projeto TAJ para gestão de recursos de compensação;
- Programa de conversão de multas federais do Ministério Público Federal (MPF);
- Projeto Comunidades Sustentáveis da Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- Projeto Áreas Úmidas do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia;
- Disponibilidade de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico para uso na ARIE (Lei Municipal nº 3850/2019);
- Programa Coleta Solidária;
- Existência de recursos de compensação ambiental e de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV);
- Possibilidade de desenvolver a captação de créditos de carbono azul com a preservação do mangue;
- Procurar parceria com o Porto de Paranaguá para projetos na área de meio ambiente;
- Existência do Plano de Saneamento Municipal, Plano Diretor de Paranaguá e Plano de Arborização Urbana;
- Possibilidade de integração da ARIE com programas de turismo;
- Existência do Programa de Ação Integrada de Fiscalização Ambiental (AIFA);
- Existência da legislação de Regularização Fundiária Urbana (REURB) (Lei Federal nº 13.465/2017);
- Existência da Cultura Caiçara;
- Oportunidade da tarifa zero (transporte público);
- Disponibilidade de infraestrutura local;
- Possibilidade de fortalecimento da Guarda Civil Municipal para ações de fiscalização das áreas de manguezais;
- Proximidade física da ARIE com outras UCs (Mosaico Lagamar).

Figura 12 - Painel Oportunidades



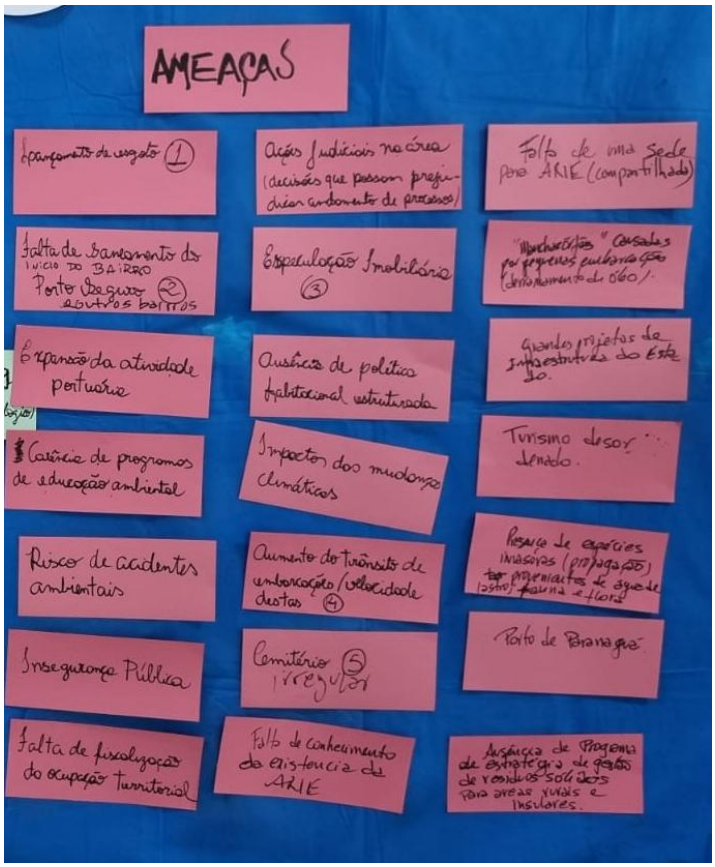
Fonte: Greentec (2026)

Ameaças:

- Lançamento de esgoto nos corpos hídricos;
- Falta de saneamento do bairro Porto Seguro e bairros adjacentes contaminando a ARIE com as marés de retorno;
- Expansão da atividade portuária;
- Carência de programas de educação ambiental;
- Risco de acidentes ambientais;
- Insegurança pública;
- Falta de fiscalização da ocupação territorial;
- Existência de ações judiciais na área com possíveis decisões que possam prejudicar o andamento dos processos;
- Falta de uma sede para a ARIE (compartilhada);
- Poluição causada por derramamento de óleo de pequenas embarcações (manchas órfãs);
- Especulação imobiliária;
- Ausência de uma política habitacional estruturada para o município;
- Existência de grandes projetos de infraestrutura do Estado;
- Presença de espécies invasoras (propagação) provenientes de água de lastro, fauna e flora;

- Impactos das mudanças climáticas;
- Aumento do trânsito de embarcações e da velocidade destas acentuando o desbarrancamento das margens;
- Presença de cemitério irregular;
- Falta de conhecimento da existência da ARIE pela população local;
- Existência do Porto de Paranaguá;
- Ausência de programa / estratégia de gestão de resíduos sólidos para áreas rurais e insulares

Figura 13 - Painel Ameaças



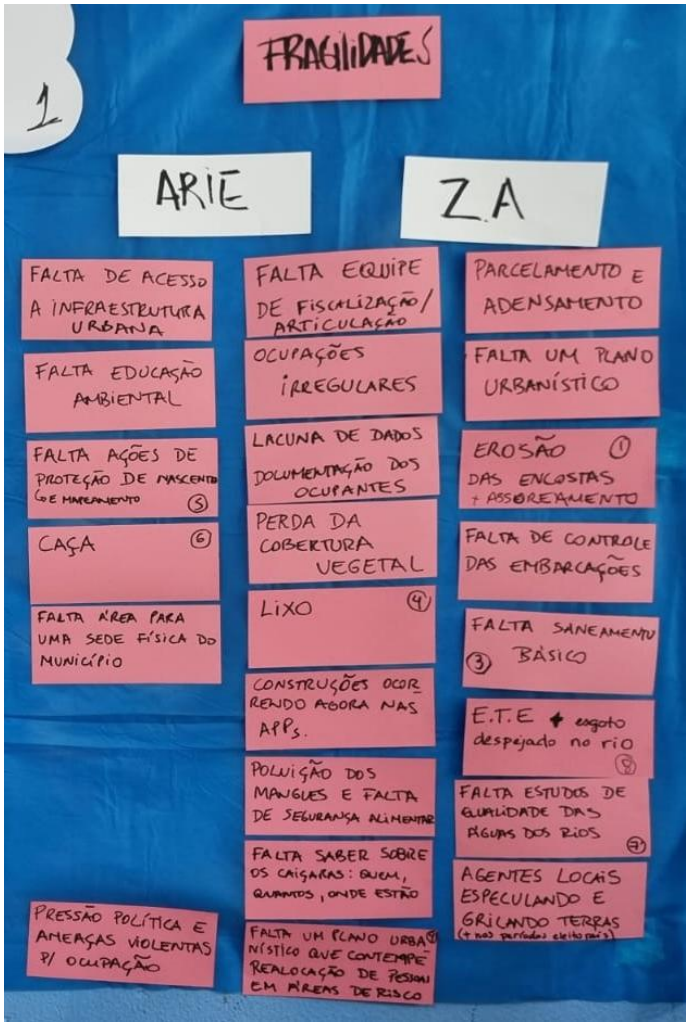
Fonte: Greentec (2026)

4.3.2 Ambiente Interno:

Fraquezas:

- Falta de acesso à infraestrutura urbana;
- Falta de educação ambiental;
- Falta de ações de proteção de nascentes e necessidade de mapeamento das mesmas;
- Prática de caça;
- Falta área para uma sede física do município;
- Falta equipe de fiscalização / articulação;
- Existência de ocupações irregulares;
- Lacuna de dados com relação à documentação dos atuais ocupantes;
- Perda da cobertura vegetal;
- Presença de lixo e resíduos sólidos;
- Construções e ocupação indevida em Áreas de Preservação Permanente (APP);
- Poluição dos mangues e falta de segurança alimentar;
- Falta conhecimento sobre a população tradicional Caiçara (quem, quantos e onde estão);
- Pressão política e ameaças violentas para ocupação;
- Falta de plano urbanístico que contemple a realocação de pessoas em áreas de risco;
- Parcelamento irregular do solo e adensamento populacional;
- Falta de conhecimento sobre a população caiçara (quem são, quantos são e onde estão);
- Falta de um Plano Urbanístico (2);
- Erosão das encostas e assoreamento dos cursos d'água;
- Falta de controle das embarcações;
- Falta de saneamento básico, apesar da presença de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), com esgoto despejado *in natura* no rio;
- Falta de estudos de qualidade das águas dos rios;
- Agentes locais especulando e grilando terras.

Figura 14 - Painel Fraquezas



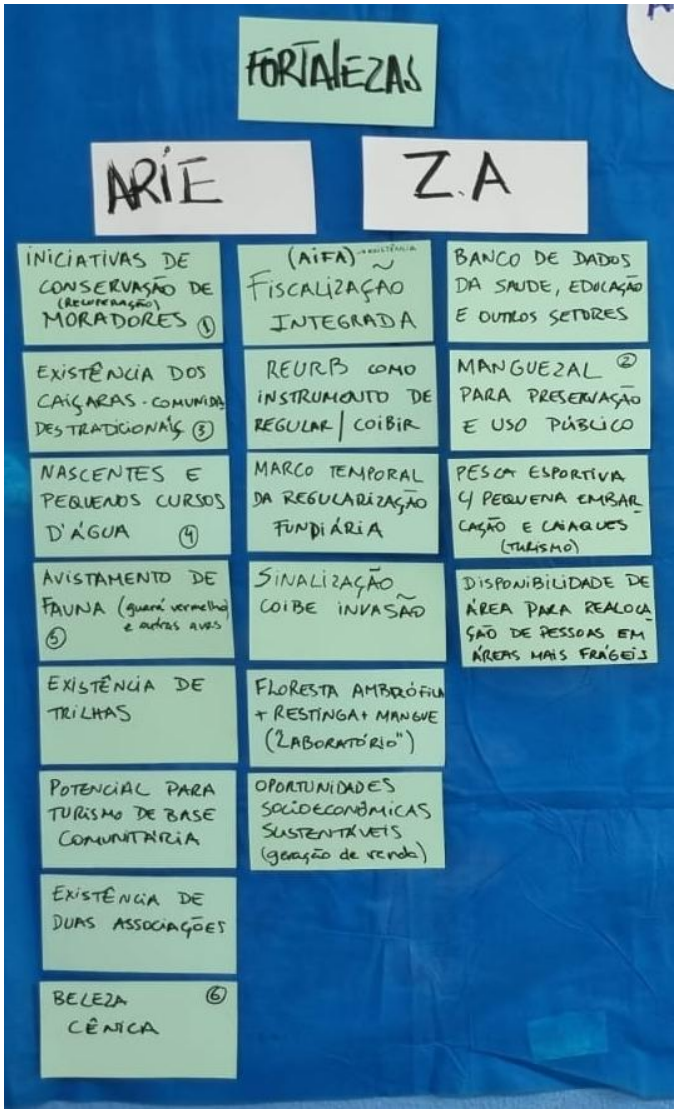
Fonte: Greentec (2026)

Fortalezas:

- Existência de iniciativas de conservação / recuperação ambiental por parte dos moradores locais;
- Existência de ações de fiscalização integrada (AIFA);
- Existência de banco de dados de saúde, educação e outros setores;
- Existência de comunidades tradicionais Caiçaras;
- REURB como instrumento de regulação e coibição;
- Existência de manguezal para conservação e uso público;
- Presença de nascentes e pequenos cursos d’água;
- Existência do marco temporal da regularização fundiária;
- Prática de pesca esportiva com pequenas embarcações e caiaques;
- Potencial para a prática de observação de aves (ex. guará-vermelho);
- Sinalização existente coíbe a invasão;
- Disponibilidade de área para a realocação de pessoas situadas em áreas frágeis;
- Existência de trilhas para visitação;
- Disponibilidade de diferentes fitofisionomias para um laboratório ao céu aberto (Floresta Ombrófila, Restinga e Manguezal);
- Potencial para turismo de base comunitária;

- Oportunidades socioeconômicas sustentáveis para a geração de renda (ex. reciclagem);
- Existência de duas associações locais;
- Beleza cênica.

Figura 15 - Painel Fortalezas



Fonte: Greentec (2026)

6.4 Identificação das instituições parceiras da ARIE dos Valadares

Seguem contribuições da oficina:

- ✓ Instituições próximas da ARIE dos Valadares com acordo formal;
- Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- Guarda Municipal Ambiental;
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO);
- Instituto Federal do Paraná (IFPR);
- Secretaria de Patrimônio da União (SPU);
- Secretaria Regional da Ilha dos Valadares (SERVAL);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Associação de Catadores;

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária (SEDEHAB);
- Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR);
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR);
- Organizações Não Governamentais (ONGs) - MarBrasil, Mater Natura, entre outras;
- ✓ Instituições parceiras da ARIE dos Valadares sem acordo formal;
- Paranaguá Saneamento;
- Fórum das Comunidades Tradicionais de Paranaguá;
- Instituto Água e Terra (IAT);
- Procuradoria Geral do Município (PROGEM);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Associações Mandicuera e Pietá;
- Comitê de Bacia Hidrográfica Litorânea;
- Companhia Paranaense de Energia (COPEL);
- Conselho Regional de Biologia (CRBio);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- Defensoria Pública;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Pesca (SEMDESP);
- Instituições importantes que atuam na ARIE dos Valadares e que não foram contatadas;
- Associação de Moradores da Ilha dos Valadares;
- Marinha do Brasil e Capitania dos Portos;
- Assistência Social;
- Colônia de Pescadores;
- Moradores da ARIE e da ZA;
- Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA);
- Instituto Ilha Mais Bela;

Figura 16 – Painel formado para o Diagrama de Venn.



Fonte: Greentec (2026)

6.5 Avaliação

Abaixo se apresentam os pontos positivos e os pontos a melhorar da Oficina, segundo a percepção dos participantes.

Pontos Positivos:
Processos claros, objetivos e condução dinâmica
Iniciativa de realizar a reunião
Assuntos abordados
Dinâmica (2)
Boas explicações para os assuntos debatidos
Diversidade de atores
Conhecimento e entendimento
Agenda organizada e divulgação e convite antecipado
Condução
Discussão responsável, respeitosa e frutífera
Participação
Aderência na participação
Rigor com horário e programação
A mediação do debate
Participação efetiva da secretária até o final da atividade
Bom conhecimento técnico e da realidade local
Bom estudo da consultoria e boa dinâmica
Conhecimento sobre o tema tratado na oficina
Pontos a Melhorar
Presença de mais moradores
Melhorar em defender com mais rigor a área demarcada
Troca de local (UNESPAR)
Fazer a reunião na comunidade e chamar mais comunitários
Ampliação do contato com a comunidade local
Falta de envolvimento da comunidade local (2)
Maior tempo para a discussão
Tudo que é bom dura pouco (maior duração da oficina)
Ampliar a participação
Maior resolução de conflitos durante a oficina
Ouvir mais os moradores da ilha
Melhorar a divulgação com os moradores dos Valadares (2)

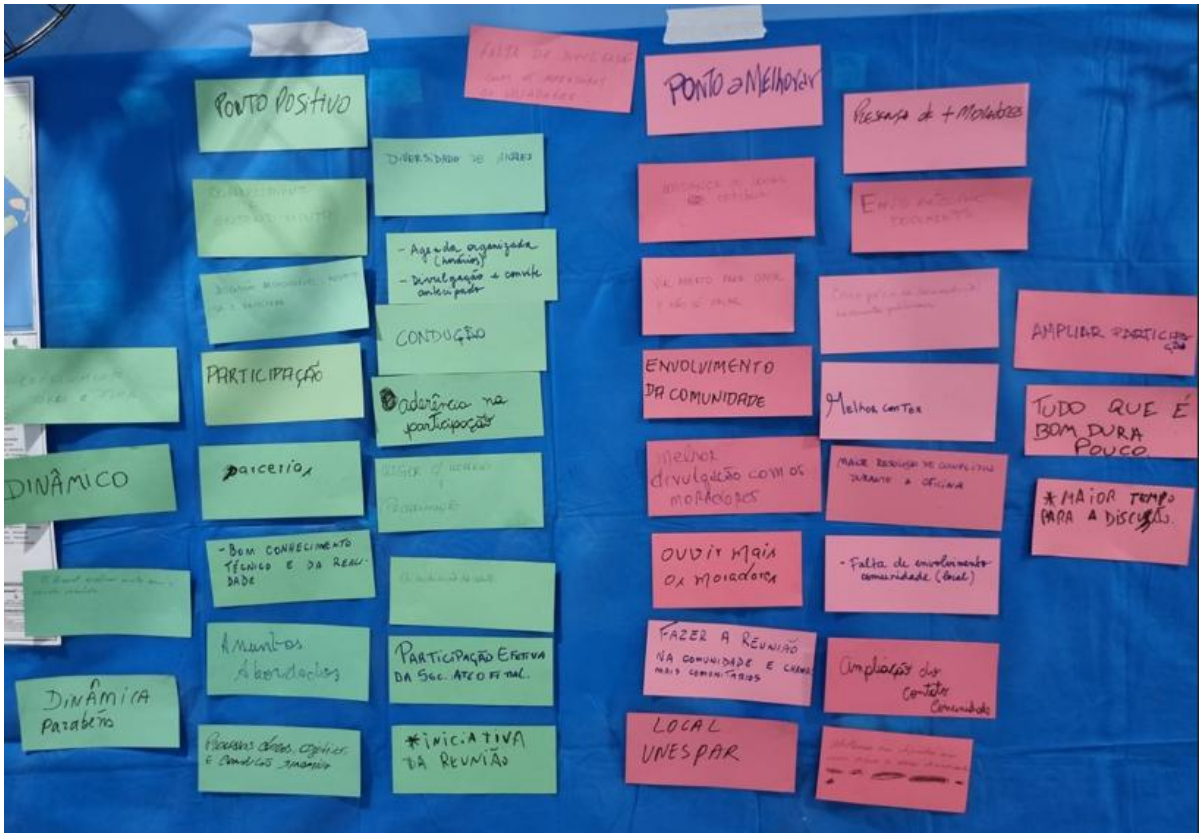
Melhor contextualização da linha do tempo de criação da ARIE

Envio prévio da documentação e levantamentos preliminares (2)

Vir aberto para ouvir e não só falar

Mudança do local da oficina

Figura 17 – Painel de avaliação da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico da ARIE dos Valadares.



Fonte: Greentec (2026)

7. ANÁLISE INTEGRADA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente seção consolida, de forma integrada, os resultados e as abordagens apresentados ao longo deste relatório, articulando o levantamento de dados secundários (capítulo 5 e Anexos B1 a B5) com as contribuições participativas registradas no capítulo 6. Seu objetivo é demonstrar como a oficina contribuiu para o diagnóstico socioambiental da ARIE dos Valadares, evidenciar os pontos de atenção e as potencialidades do território e subsidiar as etapas subsequentes do Plano de Manejo.

7.1 A importância do momento participativo

A oficina constituiu o primeiro momento estruturado de participação social no processo de elaboração do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares, reunindo 48 participantes representantes do governo municipal, de órgãos ambientais, de instituições de ensino e pesquisa, de organizações da sociedade civil, da equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e de moradores locais. Essa pluralidade de atores — evidenciada também na diversidade de expectativas registradas na integração, marcadas pela busca de construção coletiva, de conhecimento sobre o território e de integração entre comunidade e unidade de conservação — demonstra que o evento cumpriu o papel de aproximar o conhecimento técnico do conhecimento local, em conformidade com o princípio da participação efetiva das populações na criação, implantação e gestão das unidades de conservação previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A avaliação da oficina pelos participantes confirma a qualidade do momento participativo: foram destacados como pontos positivos a clareza dos processos, a condução dinâmica, a diversidade de atores, o rigor com horários e programação, o bom conhecimento técnico e da realidade local e o caráter respeitoso e frutífero das discussões. Ao mesmo tempo, a própria avaliação sinalizou a fragilidade central do processo — a presença insuficiente de moradores da ilha e a demanda por encontros realizados na própria comunidade —, que deve ser tratada como diretriz para as etapas seguintes. O momento participativo, portanto, não apenas coletou subsídios técnicos, mas estabeleceu a base relacional e de confiança necessária à legitimidade do Plano de Manejo, condição essencial para que as decisões de zoneamento e de gestão sejam compreendidas e assumidas pela população

7.2 Os pontos mais sensíveis do debate

A roda de conversa e a matriz de avaliação estratégica convergiram na identificação de um conjunto de temas sensíveis que configuram os vetores críticos a orientar o planejamento da unidade:

Saneamento básico e qualidade das águas. O tema foi apontado como central no debate: há lançamento de esgoto in natura nos corpos hídricos, inclusive com a presença de estação de tratamento insuficiente diante da realidade local; a falta de saneamento no bairro Porto Seguro e adjacentes contamina a ARIE pelas marés de retorno; e o manguezal do rio Itiberê encontra-se contaminado, com o caranguejo ali capturado sendo comercializado — situação que combina risco sanitário, ambiental e de insegurança alimentar para a população. A demanda pela participação da Paranaguá Saneamento nas discussões do Plano de Manejo e pelo programa de monitoramento da qualidade da água refletiu a percepção coletiva de que a proteção da unidade depende da solução do saneamento no entorno.

Regularização fundiária e ocupação territorial. O debate registrou que Paranaguá figura entre os municípios com maior ocupação irregular do país, com favelização no entorno da unidade e ocupações irregulares em seu interior. O chamado "nó fundiário" — terra da União (SPU) cedida ao município, documentos precários de posse e lacuna de dados sobre os ocupantes atuais — foi reconhecido como obstáculo à fiscalização e estímulo à ocupação informal, ao mesmo tempo em

que a Regularização Fundiária Urbana (REURB) foi identificada como instrumento capaz de regularizar e coibir novas ocupações, desde que condicionada à proteção de manguezais, restingas e áreas de preservação permanente. Registraram-se ainda práticas de especulação e grilagem de terras e relatos de pressão política e ameaças para ocupação de áreas sensíveis.

Pressões sobre a integridade ambiental. Foram apontadas a expansão da atividade portuária, o aumento do trânsito e da velocidade de embarcações com acentuamento do desbarrancamento das margens, a proliferação de espécies invasoras (inclusive por água de lastro), os impactos das mudanças climáticas, o derramamento de óleo por pequenas embarcações (manchas órfãs), a presença de cemitério irregular e a ausência de estratégia de gestão de resíduos sólidos para áreas rurais e insulares.

Fiscalização, segurança e litigiosidade. Destacaram-se a insegurança pública, a falta de fiscalização da ocupação territorial, a existência de ações judiciais na área e a carência de efetivo para a fiscalização, parcialmente mitigada por iniciativas como a Ação Integrada de Fiscalização Ambiental (AIFA) e a Guarda Civil Municipal.

Esses pontos, convergentes entre os relatos da plenária e a matriz FOFA, evidenciam que a conservação da ARIE dos Valadares está intrinsecamente ligada à solução de problemas urbanos e sociais do seu entorno, o que reforça a necessidade de um plano de manejo ancorado na articulação intersetorial e na pactuação com a política urbana, de saneamento e habitacional do município.

7.3 As potencialidades da área

Em contraponto aos pontos sensíveis, a oficina evidenciou um conjunto expressivo de potencialidades que confere à ARIE dos Valadares condições concretas de conciliar conservação e desenvolvimento local:

Potencialidades naturais. A unidade reúne três fitofisionomias do bioma Mata Atlântica — Floresta Ombrófila Densa, Restinga e Manguezal —, configurando um laboratório ao ar livre para pesquisa, educação ambiental e uso público; abriga nascentes e pequenos cursos d'água, manguezal de valor para conservação e espécies de destaque para observação de aves, como o guará-vermelho, além de exercer o papel de "trampolim ecológico" no contexto do Mosaico Lagamar, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e do Sítio Ramsar, com possibilidade de captação de créditos de carbono azul pela preservação do mangue.

Potencialidades socioculturais. A cultura caiçara — expressa no Fandango, registrado como patrimônio cultural pelo IPHAN, na pesca artesanal, na gastronomia e no artesanato locais — foi reconhecida tanto como valor a preservar quanto como ativo para o turismo de base comunitária, com o protagonismo de associações locais como a Mandicuera, a Pietá e a Associação de Catadores Nova Esperança.

Potencialidades econômicas e turísticas. O espectro de atrativos da unidade — trilhas interpretativas, observação de aves, passeios náuticos de pequena escala e vivências da cultura tradicional — encontrou no perfil do visitante regional (que busca natureza, tranquilidade e proximidade) uma demanda já estabelecida, favorecida pela infraestrutura disponível e pelo enquadramento do município no Mapa do Turismo nacional.

Potencialidades institucionais. A oficina mapeou um conjunto de programas e projetos ativos com potencial de sinergia com a gestão da unidade — entre eles o Guardiões dos Manguezais Parnanguaras, o Projeto Comunidades Sustentáveis (UFPR), a Coleta Solidária, o programa de monitoramento da qualidade da água, o ICMS Ecológico (Lei Municipal nº 3.850/2019), os recursos de compensação ambiental e de conversão de multas e a proximidade com outras unidades de

conservação —, além da rede de parceiros institucionais consolidada por meio do Diagrama de Venn, que constitui base concreta para a estratégia de articulação do plano.

7.4 O papel e a composição do Conselho Gestor

A oficina evidenciou que a ARIE dos Valadares ainda não dispõe de conselho gestor próprio, cabendo ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA), temporariamente, o exercício das atribuições correspondentes, com previsão de estruturação do colegiado específico até 2027 por meio do projeto FUNBIO, conforme comunicado pela própria SEMMA. A constituição desse conselho é condição estruturante para a gestão da unidade: por se tratar de categoria de uso sustentável, a governança compartilhada entre o poder público e a sociedade civil constitui exigência do próprio regime da unidade, cabendo ao colegiado a mediação dos interesses entre ocupantes tradicionais, empresas e governo, a consolidação democrática das regras de zoneamento e o monitoramento dos impactos do uso do território — como os decorrentes da nova ponte Domingos Massa —, conferindo legitimidade e continuidade às deliberações do plano de manejo.

Os resultados da oficina oferecem subsídio concreto para a composição do conselho. A partir do Diagrama de Venn e da matriz de parceiros, recomenda-se que a composição assegure a representação dos seguintes segmentos e instituições, já identificados como atuantes ou relevantes para a unidade:

- **Poder público municipal e demais esferas:** SEMMA (gestora da unidade), SEDEHAB (regularização fundiária), Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Guarda Civil Municipal Ambiental, demais secretarias com atuação territorial, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Instituto Água e Terra (IAT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e Marinha do Brasil/Capitania dos Portos;
- **Sociedade civil:** Associações de Moradores da Ilha dos Valadares, Associação de Cultura Popular Mandicuera, Associação Pietá, Fórum das Comunidades Tradicionais de Paranaguá, Colônia de Pescadores, Associação de Catadores, organizações não governamentais atuantes na área (MarBrasil, Mater Natura, Instituto Ilha Mais Bela) e os próprios moradores da ARIE e da zona de amortecimento;
- **Instituições de ensino e pesquisa:** Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Instituto Federal do Paraná (IFPR);
- **Setor produtivo e de serviços:** Paranaguá Saneamento, Companhia Paranaense de Energia (COPEL), comércio local, cooperativas e demais setores com interface com a unidade.

Recomenda-se ainda que, antes da instalação do conselho, sejam formalizadas as parcerias atualmente mantidas sem acordo formal (nível 2 do Diagrama de Venn) e estabelecido contato com as instituições e grupos que atuam na área sem qualquer vínculo (nível 3), com especial atenção à Associação de Moradores da Ilha dos Valadares, à Colônia de Pescadores e aos moradores da unidade e de seu entorno, de modo a assegurar a efetiva representatividade das comunidades na composição do colegiado.

7.5 A Convenção nº 169 da OIT e a Consulta Livre, Prévia e Informada

Durante a oficina, registrou-se a manifestação de participantes, em especial da Associação de Cultura Popular Mandicuera, na pessoa de sua liderança, o Mestre Aorélio, que se pronunciou em dois momentos do evento, no sentido de que o processo de construção do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares considere a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como espaço de escuta das comunidades, com a participação da Defensoria Pública para garantir

a observância da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) junto aos caiçaras. Registra-se ainda que o mesmo não assinou a lista de presença, sob alegação de não dar chancela ao formato de realização do evento. A demanda foi acolhida e registrada nos termos deste relatório, sendo encaminhada às instâncias competentes, conforme detalhado a seguir.

Enquadramento legal. A Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004, encontra-se atualmente consolidada pelo Decreto nº 10.088/2019, que a incorpora em seu Anexo LXXII. É o artigo 6º da Convenção que estabelece o dever de os governos consultarem os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e de boa-fé, sempre que forem previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, cabendo a realização da consulta ao Estado e aos seus órgãos diretamente responsáveis. O âmbito da norma alcança os povos indígenas e tribais (art. 1º), segmento no qual se reconhecem, no Brasil, os povos e comunidades tradicionais, nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007). Dessa base normativa, e nos limites da relação contratual entre SEMMA e GREENTEC, a condução do procedimento da Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI), a assessoria técnica, a mobilização das comunidades, o apoio à comunicação, ao registro e à relatoria cabem à empresa, sob a supervisão do órgão municipal, enquanto órgão gestor da unidade e autoridade administrativa responsável, o que demanda articulação junto à Defensoria Pública Estadual e com previsão específica na etapa de planejamento do Plano de Manejo.

A oficina e o processo participativo do Plano de Manejo. Cumpre distinguir a oficina objeto deste relatório do procedimento de consulta prévia, livre e informada. A oficina integra o processo participativo próprio da elaboração do Plano de Manejo, previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei nº 9.985/2000) e orientado pelo roteiro metodológico do ICMBio, que preveem a participação social como etapa de construção do diagnóstico e do zoneamento. Nesse sentido, a oficina constituiu etapa preliminar de diagnóstico socioambiental, de caráter informativo e consultivo, não tendo se proposto, em momento algum, a deliberar sobre restrições e regras de uso do território, atribuição que caberá às etapas subsequentes no âmbito dos procedimentos adequados de participação. O momento foi de compartilhamento de saberes em via de mão dupla, uma vez que a consultoria apresentou o conjunto de informações secundárias levantadas (Anexos B1 a B5) e desenvolveu dinâmicas voltadas a absorver contribuições de dados primários junto aos participantes, sem que isso se confundisse com procedimento de consulta prévia, livre e informada, que possui natureza, objeto e requisitos próprios.

Registro da demanda e encaminhamento acordado. A demanda relativa à escuta das comunidades, reiterada na oficina, encontra-se registrada nos autos do processo e é aqui encaminhada às instâncias competentes para o devido tratamento. Em articulação entre a SEMMA e a consultoria contratada, com participação da Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUPIER), ficou acordado que o procedimento de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) junto às comunidades tradicionais caiçaras será realizado oportunamente na etapa de planejamento do Plano de Manejo — notadamente na definição do zoneamento e das normas de uso da unidade — , em janela temporal a ser pactuada em reunião de alinhamento com a Defensoria Pública e as instituições representativas das comunidades, compatível com o cronograma contratual vigente e com as condições sazonais e de mobilização próprias das comunidades, e anterior à consolidação final do zoneamento e das normas de uso da unidade. Para a salvaguarda da participação no processo consultivo, necessita-se de articulação dos seguintes atores: a SEMMA, órgão gestor da unidade e autoridade administrativa responsável pela medida objeto de consulta; a Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUPIER), no acompanhamento e na fiscalização da observância da Convenção nº 169 da OIT; o Fórum das Comunidades Tradicionais de Paranaguá e as associações caiçaras locais (Associação de Cultura Popular Mandicuera, Associação Pietá, Associação Caiçara

de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná e Colônia de Pescadores), como interlocutoras e representativas das comunidades tradicionais; a GREENTEC, consultoria contratada, exercendo assessoria técnica ao planejamento, condução e registro da CLPI; e o Instituto Água e Terra (IAT) e demais órgãos competentes, como apoio técnico, quando pertinente.

Complicadores identificados e dimensão fundiária. A discussão evidenciou dois complicadores que merecem atenção nas etapas seguintes. O primeiro diz respeito à falta de clareza quanto ao conjunto de atores sociais amparados pela Convenção nº 169 da OIT que efetivamente mantêm interface com a área objeto do Plano de Manejo (ARIE e sua Zona de Amortecimento), bem como quanto aos recursos naturais dos quais essas comunidades dependem, e se efetivamente se localizam na área da UC e ZA. O segundo refere-se à dimensão fundiária, pois, em que pese o eventual impedimento ao ordenamento do território (zonas e normas) na ausência de oitiva, observa-se que, na área da UC, existe uma ocupação irregular sobre terras da União, o que indica que a questão central é, em grande medida, de natureza fundiária e de demanda por regularização, e não estritamente socioambiental ligada ao uso sustentável dos recursos naturais. Esses pontos poderão orientar o mapeamento social e fundiário a ser conduzido na implementação dos diferentes programas de manejo, liderados pela SEMMA e articulado com os demais órgãos competentes, sem prejuízo para o andamento do processo de elaboração do plano de manejo.

Referência à experiência da Vila das Peças. Registra-se, por fim, a existência de experiência local em estágio avançado e reconhecido de organização para a CPLI, materializada no Protocolo de Consulta da Comunidade Tradicional Caiçara da Vila das Peças (Guaraqueçaba/PR), que disciplina regras próprias de escuta e deliberação. A referência serve como exemplo de instrumento de organização comunitária para a consulta, sem que se estabeleça, contudo, identidade direta entre as duas realidades, uma vez que a Vila das Peças e a Ilha dos Valadares apresentam características territoriais, fundiárias e de organização social bastante distintas, o que reforça o caráter particularizado que a matéria demanda em cada caso. Considerando que ainda não existe este protocolo para as comunidades tradicionais que se relacionam com a porção sul da Ilha dos Valadares onde se situa a UC, recomenda-se que haja uma participação mais efetiva e orientada para a escuta das comunidades na etapa de planejamento (zoneamento e normas), devidamente organizada pela SEMMA e apoiada pela Defensoria Pública, de tal maneira que o instrumento do plano de manejo possa ser o indutor de desenvolvimento do protocolo local, por meio de programa de manejo específico voltado para o mapeamento social.

7.6 Pontos relevantes para a gestão da unidade

Além dos temas acima, a oficina produziu subsídios complementares que devem integrar o diagnóstico e orientar as próximas etapas.

Ampliação da participação comunitária. A avaliação dos participantes apontou, de forma consistente, a necessidade de ampliar a presença e o envolvimento da comunidade local, por meio de encontros realizados na própria comunidade, de divulgação direcionada aos moradores, de maior tempo de discussão e de envio prévio da documentação e dos levantamentos preliminares. Essas recomendações devem ser incorporadas ao desenho das próximas oficinas, de modo a assegurar a pluralidade e ampliar a legitimidade do processo.

Lacunas de informação a serem preenchidas. Foram sinalizadas lacunas que merecem tratamento nos programas de pesquisa, entre as quais a documentação dos atuais ocupantes e o conhecimento sobre a população caiçara, no sentido de identificar quem são, quantos são e onde estão, bem como o mapeamento dos atores sociais com interface efetiva com a ARIE e sua Zona de Amortecimento e dos recursos naturais dos quais as comunidades dependem. Somam-se a isso os estudos de qualidade das águas dos rios, o mapeamento das nascentes e o monitoramento sistemático da cobertura vegetal e da dinâmica populacional das espécies ameaçadas, além do

levantamento da situação fundiária da área, considerando a ocupação existente sobre terrenos da União.

Articulação com instrumentos de planejamento. Registrou-se a necessidade de consultar o Plano Municipal de Redução de Riscos, o Plano de Saneamento, o Plano Diretor e o Plano de Arborização Urbana durante a elaboração do Plano de Manejo, bem como o mapeamento de uso do solo e vegetação existente para o litoral, de modo a assegurar a compatibilização entre o planejamento da unidade e as demais políticas públicas municipais.

Registro e aproveitamento dos produtos da oficina. Recomenda-se a digitalização e a incorporação, ao banco de dados geoespaciais da unidade, dos mapas produzidos nos trabalhos em grupo, de modo que a espacialização participativa dos pontos de atenção e das potencialidades alimente diretamente o zoneamento e os programas de manejo, conforme o detalhamento metodológico do capítulo 5.

7.7 Considerações finais

A Oficina de Contribuição ao Diagnóstico da ARIE dos Valadares cumpriu os objetivos a que se propôs, ao apresentar a versão preliminar do diagnóstico da unidade, construir, de forma colaborativa, a matriz de avaliação estratégica (ambiente interno e externo) e identificar os parceiros e atores que se relacionam com a unidade. Mais do que isso, o evento demonstrou o valor do momento participativo ao validar, atualizar e ampliar o levantamento de dados secundários, ao revelar percepções, conflitos e lacunas de informação não capturáveis pelas fontes bibliográficas, ao espacializar os pontos de atenção no território e ao mapear a rede institucional que sustentará a gestão da unidade.

Os resultados aqui consolidados indicam que a conservação da ARIE dos Valadares não se dissocia da solução dos problemas de saneamento, regularização fundiária, ocupação territorial e inclusão social do seu entorno, nem do fortalecimento da identidade caiçara, que constitui ao mesmo tempo valor a proteger e ativo para o desenvolvimento local sustentável. As potencialidades naturais, socioculturais e institucionais identificadas, associadas à rede de parceiros mapeada, oferecem base concreta para o zoneamento, os programas de manejo e a constituição do conselho gestor. Ao mesmo tempo, as questões jurídicas e metodológicas levantadas, entre elas a aplicação da Convenção nº 169 da OIT, foram registradas e encaminhadas às instâncias competentes, devendo ser tratadas no âmbito das responsabilidades institucionais do poder público e com a participação das comunidades tradicionais, observados os procedimentos próprios que a matéria demanda. O adequado encaminhamento dessas questões, somado ao tratamento das lacunas de informação e ao fortalecimento do processo participativo, assegura que o plano de manejo seja, ao final, um documento tecnicamente consistente, juridicamente seguro e socialmente legitimado, construído com e para a população da Ilha dos Valadares.

8. ANEXOS

Anexo A - Slides utilizados na condução da Oficina de Contribuição ao Diagnóstico do Plano de Manejo da ARIE dos Valadares.



Oficina de Diagnóstico Participativo para o Plano de Manejo da Area de relevante Interesse Ecológico de Valadares



BEM VINDAS/OS!

APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES



Nome e Representação

Expectativa para a Oficina



OBJETIVOS DA OFICINA:

- Nivelar conhecimentos sobre: Lei do Snuc, Grupos, Categorias, Zona de Amortecimento, Plano de Manejo e Conselho Gestor;
- Destacar ARIE - objetivos da categoria, objetivos da ARIE Valadares, direito de propriedade, usos dos recursos e população residente.
- Apresentar informações secundárias de diagnóstico socioambiental;
- Coletar informações primárias e georreferenciadas do contexto interno (limite da UC e ZA) e externo;
- Identificar as instituições e atores locais e sua relação (atual e potencial) com a ARIE dos Valadares

HORÁRIO	ATIVIDADE
8:30	Credenciamento e café da manhã
9:00	Abertura do evento - falas de acolhida
9:15	Organização da reunião
9:30	Integração dos participantes
10:00	Apresentação sobre o SNUc, suas categorias , com foco na ARIE
10:30	Compartilhamento dos resultados preliminares do Diagnóstico da UC
11:30	Roda de conversa
12:00	Almoço
13:30	Identificando de forma colaborativa: Oportunidades, ameaças, fortalezas e fraquezas da UC
15:00	Intervalo
15:15	Reconhecendo parceiros importantes da UC
16:00	Avaliação encerramento



NOSSO TRATO

- ✓ Cumprir o horário acordado;
- ✓ Ajustar os celulares no modo silencioso e atendê-los nos intervalos;
- ✓ Manter o foco das discussões nos objetivos da Oficina;
- ✓ Evitar a constante consulta em aplicativos;
- ✓ Solicitar a inscrição antes de falar;
- ✓ Ajudar a manter o clima de cooperação entre todos;
- ✓ Evitar o desperdício de copos de plástico. Melhor ainda utilizar garrafinha própria;
- ✓ Confiar no método.





- **As oficinas contribuem para:**
  - **Dar voz aos diferentes atores** — comunidades locais, moradores, órgãos públicos, organizações sociais, pesquisadores, produtores e outros usuários do território.
  - **Valorizar conhecimentos locais** — incorporando saberes e experiências que complementam as informações técnicas.
  - **Construir consensos e reduzir conflitos** — criando espaços de diálogo entre interesses diferentes.
  - **Apoiar o planejamento da UC** — contribuindo para a elaboração e revisão do **Plano de Manejo**, definição de zonas, normas e prioridades de gestão.
  - **Identificar problemas e oportunidades** — permitindo compreender melhor as ameaças à conservação e as possibilidades de desenvolvimento sustentável.
  - **Fortalecer a governança** — aumentando o compromisso dos atores com as decisões construídas coletivamente.
  - **Dar legitimidade às decisões** — tornando o processo de gestão mais transparente, participativo e conectado à realidade do território

As oficinas participativas transformam o conhecimento e as diferentes visões dos atores do território em subsídios para decisões mais qualificadas, legítimas e efetivas para a conservação da natureza e para a gestão da Unidade de Conservação.

Importante: no SNUC, a participação não significa que todas as decisões sejam tomadas por consenso ou que todos tenham poder decisório igual. Significa **criar condições para que os interessados sejam ouvidos e possam contribuir efetivamente para o planejamento e a gestão da UC.**



Contextualização sobre SNUC, Plano de manejo e apresentação do Diagnóstico Preliminar da ARIE

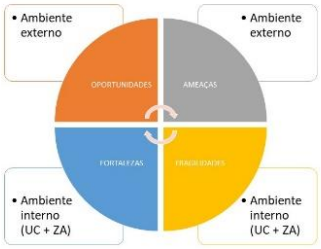
Greentec

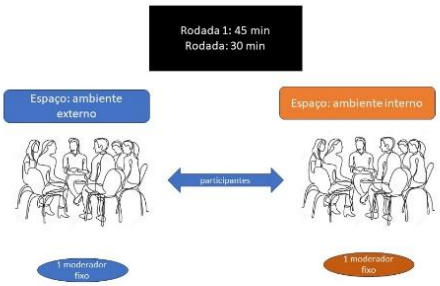
1h30

RODA DE CONVERSA

30 minutos







- Iremos trabalhar com 2 espaços fixos: ambiente externo e ambiente interno da ARIE;
- Em cada espaço haverá um co - moderador/relator que ficará fixo, que será responsável por conduzir as discussões e registar as informações;
- Após um determinado tempo, o grupo irá rodar para outro espaço e contribuir com a próxima dimensão ;
- Quando o grupo chegar no espaço novo, irá complementar com as informações já inseridas e caso haja alguma discordância o moderador registra na tarjeta e leva para a plenária.
- Duas rodadas: Rodada 1: 45 min e Rodada 2: 30 min

Plenária para compartilhamento



15 min

MAPEANDO PARCEIROS IMPORTANTES PARA A UC



Tipos de parceria que representam a sociedade no território:

Governos: instituições que representam o poder municipal, estadual e federal

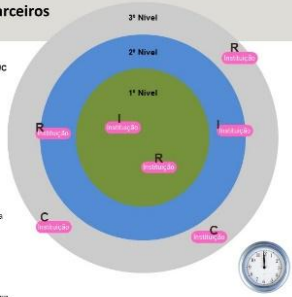
Sociedade civil: ONG, movimentos sociais e conselhos, organizações religiosas , cooperativas

Instituições de ensino e pesquisa: privado ou público

Setor privado: associações de classe, cooperativas, empresários, comércios locais



Mapa do Ecossistema de parceiros



No Diagrama, as tarjetas serão posicionadas , considerando sua importância para a gestão da UC e o nível de parceria estabelecido, sendo:

I

R

C

1º Nível: aqueles parceiros que já possuem parceria formal estabelecida.

2º Nível: aqueles parceiros que já se tem alguma relação, mas não há parceira formal estabelecida.

3º nível: aqueles com os quais ainda não há nenhuma relação.

45 min

COMO VAMOS TRABALHAR?



- Em grupos pequenos, discutam sobre a importância dos parceiros para a gestão da UC - 10 min.
- Um representante do grupo apresenta as contribuições
- Consolidação em plenária



15 minutos

AVALIAÇÃO DA OFICINA



1 PONTO POSITIVO

1 PONTO PARA MELHORAR

Fonte: Greentec (2026)

Anexo B - Slides da Caracterização da ARIE dos Valadares.

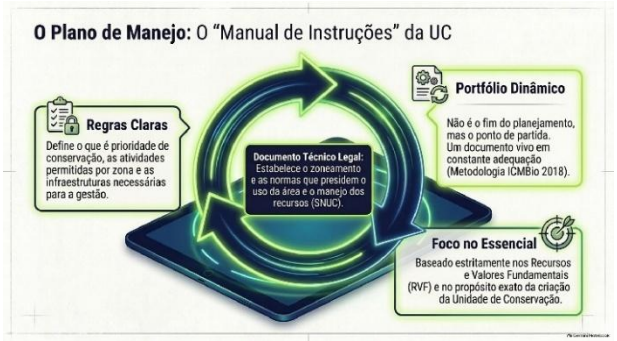
Anexo B1 – Nivelamento conceitual e contextualização da gestão

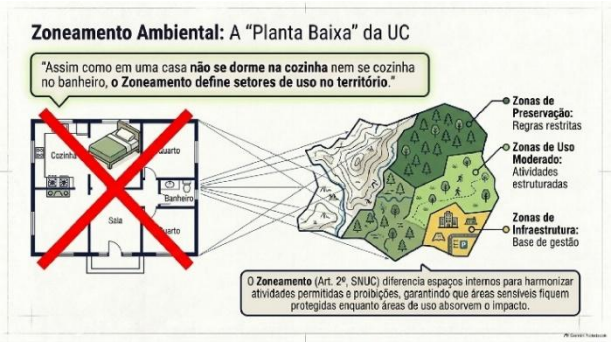
























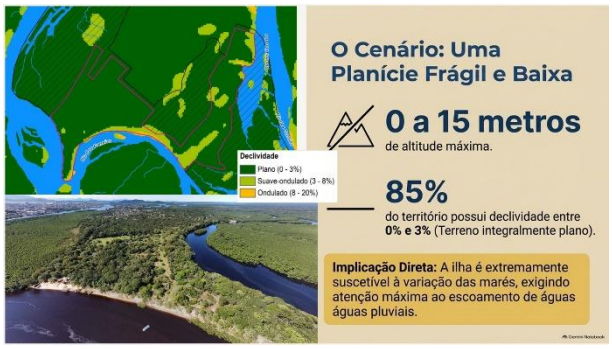


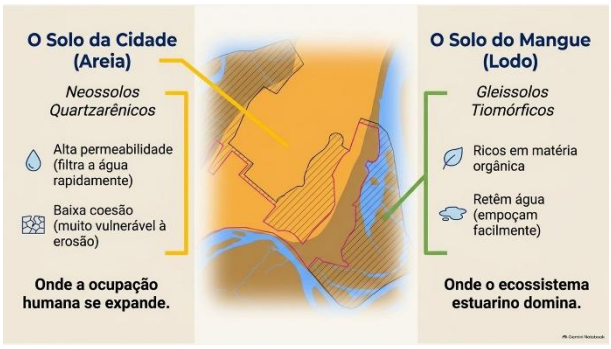
Fonte: Greentec (2026)

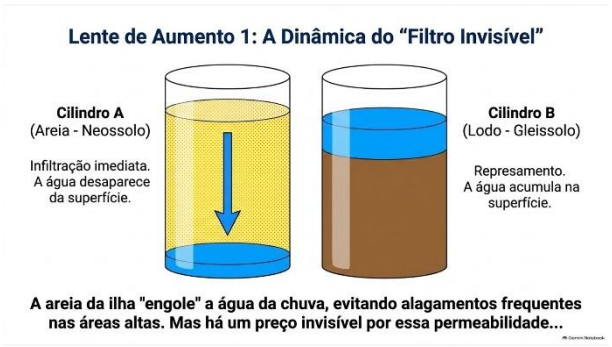
Anexo B2 – Diagnóstico Meio Físico (dados secundários)





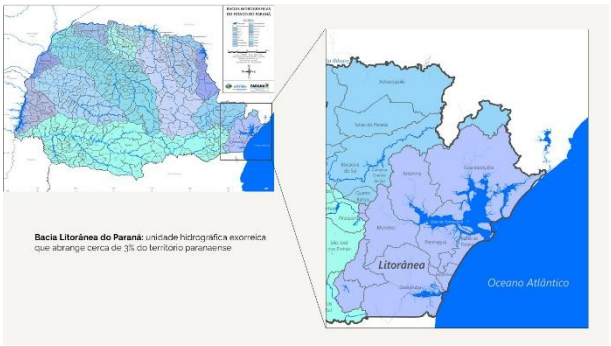


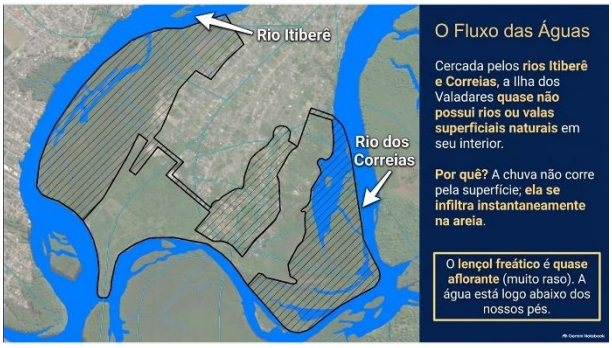


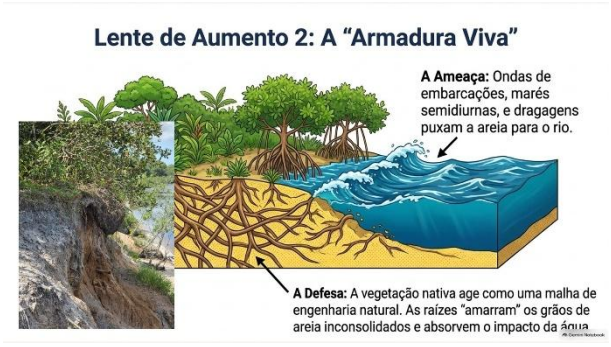




















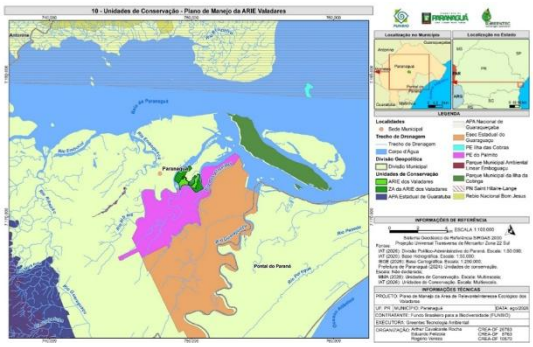


Fonte: Greentec (2026)

Anexo B3 – Diagnóstico Meio Biótico (dados secundários)



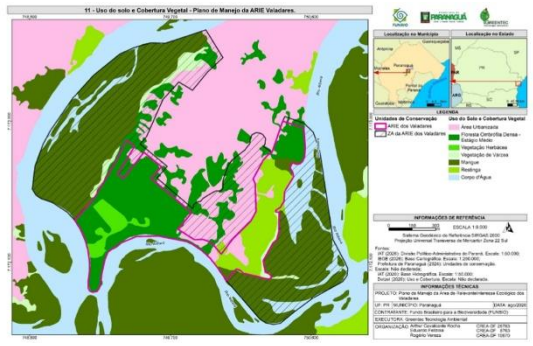














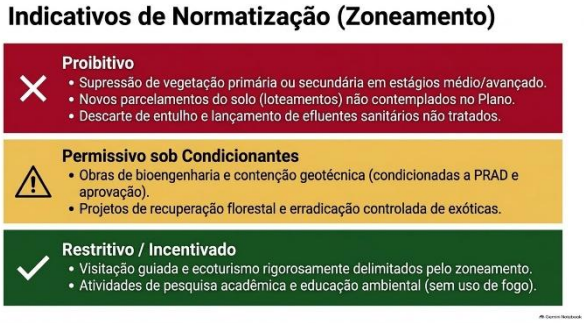








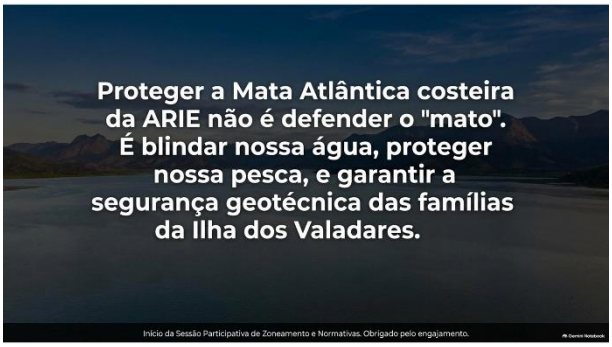






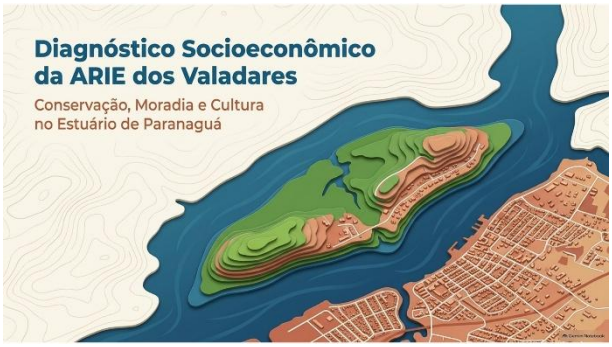
Resumo dos Recursos e Valores Fundamentais (RVF)

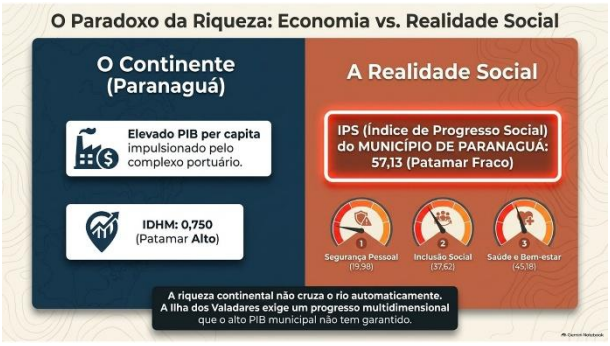
RVF Identificado	Condição Atual	Tendência	Ameaças Principais
Fitofisionomias do bioma Mata Atlântica	— Regular	↓ Piorar	Urbanização e avanço desordenado
Espécies da Fauna Ameaçadas	— Regular	↓ Piorar	Caça, extrativismo, espécies exóticas e poluição hídrica.



Fonte: Greentec (2026)

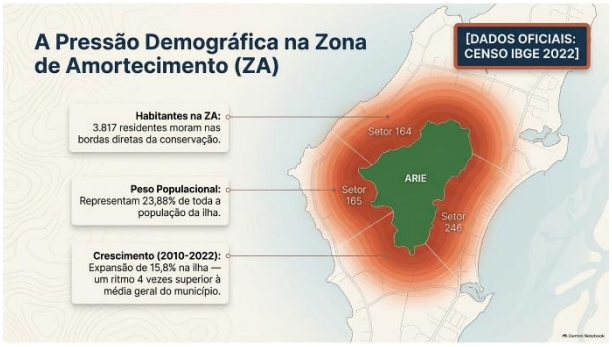
Anexo B4 – Diagnóstico Meio Socioeconômico (dados secundários)

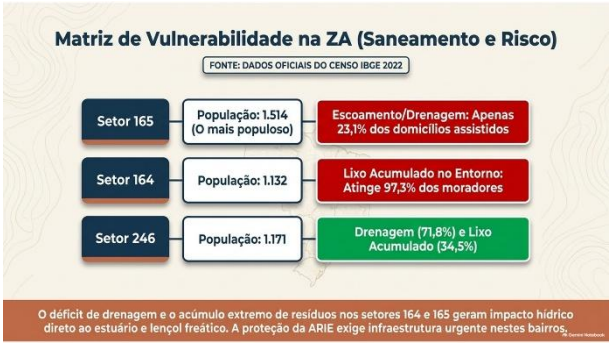




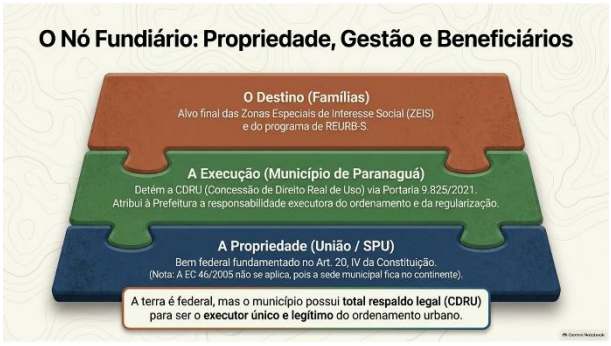




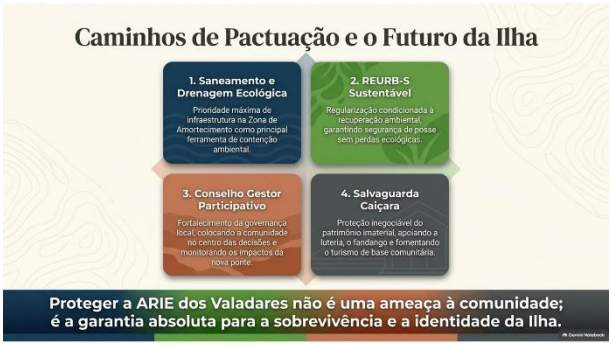




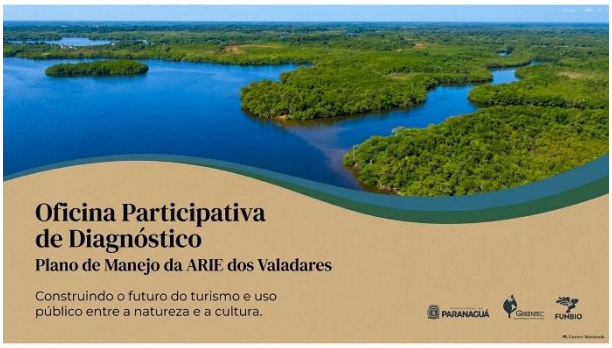






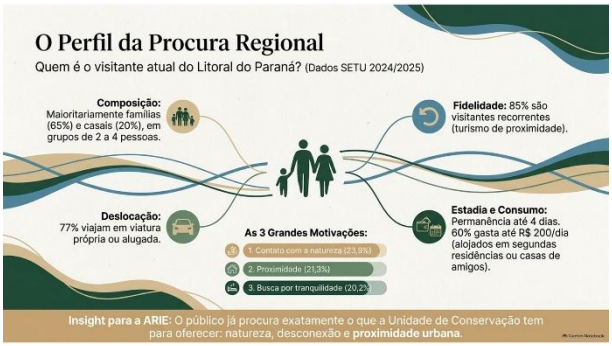


Anexo B5 – Diagnóstico Turismo e Uso Público


















O Fio Condutor:
Interpretação Ambiental
O que a ARIE vai comunicar aos seus visitantes e moradores?
O manguezal é vida.
A função ecológica inegociável: proteção das margens, berçário marinho e regulação das águas.
A Mata Atlântica resiste na urbe.
A singularidade de um remanescente florestal sobrevivendo e pulsando dentro de uma área insular fortemente urbanizada.
A comunidade como guardiã.
A conservação da ARIE depende da integração intrínseca entre os recursos naturais, os modos de vida tradicionais e o uso responsável do território.


O Papel dos Dados Primários:
A Nossa Oficina
Até aqui, vimos os dados secundários oficiais. Eles são apenas a moldura.
O quadro real só pode ser pintado com o conhecimento empírico de quem vive, opera e gere este território.
Para desenhar o Plano de Manejo, hoje precisamos de mapear:
1. Qual é a real perceção e sentimento de pertença da comunidade?
2. Onde estão os conflitos reais de uso no território?
3. Quais são as vossas expectativas em relação ao turismo e à conservação?
A palavra é vossa. Vamos iniciar o diagnóstico participativo.

Anexo C - Lista de Presença da Oficina[1]

GREENTEC tecnologia ambiental	PLANO DE MANEJO ARIE DOS VALADARES OFICINA PARTICIPATIVA DE DIAGNÓSTICO Data: 17/09/2026		PREFEITURA DE PARANAGUÁ
Nome	**Instituição**	**E-mail**	**Telefone**
Guilherme m. norberto	PREFEITURA	guilherme.norberto163@gmail.com	41 98772 6378
MARCEL GONÇALVES DE DEUS	Prefeitura	mgoncalvesdeDeus@gmail.com	41 98459-0695
Laura da Silva Zacarias	StS Ambiental	laurasszacarias@gmail.com	41 98432-2961
Hélio Édison da Cruz J.	PMP-SEMUPLA	HELIO_JUNIOR@PARANAGUÁ.PR.GOV.BR	41 99231-2614
ALVARO PRAXEDES DE	CARVALHO	PRAXEDESALVARO960@GMAIL.COM	480241399 87
EDUARDO JOSÉ PODOLAK	SEMMA - PARANAGUÁ	eduardo.podolak@paranagua.pr.gov.br	(41) 988317955
Karina Borges	Vpatur	stakarinna@gmail.com	41996752338
José Remir	UFPR	remirmoreira@ufpr.	41997871529
Michel Senfr	SERVAL	SEMPhins1977@Gmail.com	41 98[illegible]837
Tony Ramos	SERVAL	tonyRamosdaCosta@81Gmail.com	(41) 19 85186503
ALAN M. M. XAVIER	SEMDESP	ALAN.XAVIER@PARANAGUA.PR.GOV.BR	(45) 99920 0088
Claudinei [illegible]		Claudineilinoxasco@G.mail.com	(41) 99172-5204

[1] Registra-se a presença de participante que declinou de assinar a lista de presença, nos termos relatados na seção 7.5.

GREENTEC tecnologia ambiental	PLANO DE MANEJO ARIE DOS VALADARES OFICINA PARTICIPATIVA DE DIAGNÓSTICO Data: 17/09/2026		PREFEITURA DE PARANAGUÁ
Nome	**Instituição**	**E-mail**	**Telefone**
Leonardo dos Santos Brenzink	PREFEITURA DE PARANAGUÁ	LEOBRENZINK@Gmail.com	41 99978 7711.
Mercedes Marília de G. Figueiredo Vella	SEMMA/PMParanaguá	mercedes.figueiredo@paranagua.pr.gov.br	41 984753554
EZOIR PAULO R. DE JESUS	ASSOCIAÇÃO MANDICUERA	EZOIRDEJESUS@G.MAIS.COM	41-98499-6189
KOITI CLAUDIO TAKIGUTI	PREFEITURA - SENSU	KOITITKIGUTI@GMAIL.COM	41-99922 8377
Alexsander Ferreira		Alexsanderferreira94@Gmail.Com	41 98865 7741
Tiago Vieira Mafra	LAGEAMB / UFPR	TIAGOMAFRA@UFPR.BR	(41) 99229-6213
Ana Paula Lourenço	LAGEAMB/UFPR	ana.lourenco@ufpr.br	41 99635-1632
Larissa O. Rocha	Semma	larissa.rocha@paranagua.	41 99233-0541
TANCISIO BRAJÃO SILVA	SEMUR	TANCISIOBRAJDAO@ONTA.COM.BR	41.991894999
FERNANDO JOSÉ CLOSS	SEMMA	closs.fernando@GMAIL.com	41 99645 5021
RICARDO P. CAMPOS	MATER NATURA	RICARDO@MATERNATURA.ORG.BR	48 99918 6171
JULIO CESAR A. NEVES	SECULTUR	JULIOARAUJO22041986@GMAIL.com	41 99178 3513

GREENTEC tecnologia ambiental	PLANO DE MANEJO ARIE DOS VALADARES OFICINA PARTICIPATIVA DE DIAGNÓSTICO Data: 17/09/2026		PREFEITURA DE PARANAGUÁ
Nome	**Instituição**	**E-mail**	**Telefone**
Caroline de Oliveira Martins	Fórum PCT Paranaguá	carol.pedagogiacoicara@gmail.com	41 99829-0680
Juliana S. L. de Souza	SPU-PR	juliana.l.souza@gestao.gov.br	41 999264838
Gilberto Klein	SEMMA		
Simone Santos	CPP/CEM/UFPR	SIMONE.SANTOS@UFPR.BR	19-998488299
Larissa Pires	SEDEHAB	larissa.silva@paranaguas.gov.br	41-98444-8953
VÂNIA FOES	SEMUPLA	VANIA.FOES@PARANAGUA.PR.GOV.BR	99978086
Luiz Affonso R. da Silveira	SEDEHAB	luiz.silveira@paranagua.pr.gov.br	41.99232 8603
João Roberto Barros Maceno	SEMMA	joao.maceno@paranagua.pr.gov.br	41 98483-0866
Lucas de Souza Kós	CREA-PR	Lucas.kos@Pinhaoengenharia.com	41 996424342
Lanissa Salomão	IAT-ERLIT	lanissasalomao@iat.pr.gov.br	41 997140608
Átila Shiroma de Souza	Instituto Sete Mares	ism@sevenseasenv.com	41 998266260
Sarah Charlier Sambo	Associação Mar Brasil	sarah@marbrasil.org	41 992094126

GREENTEC tecnologia ambiental	PLANO DE MANEJO ARIE DOS VALADARES OFICINA PARTICIPATIVA DE DIAGNÓSTICO Data: 17/09/2026		PREFEITURA DE PARANAGUÁ
Nome	**Instituição**	**E-mail**	**Telefone**
Edson M. Araújo	PREF SECULTUR	henriquearaujo8787@gmail.com	4198529-4960
IVAN APARECIDO HRESCAK	PREF. SECULTUR	IVANAPARECIDOHRESCAK@gmail.com	41.98454-3818
Isabelle da Silva	Pref. SEMMA	isabellesilva@ufpr.br.	(41)98463-9505
Silvia Paszko Zuz	Presidente associação	silvia.zuz@yahoo.com	41)992278108
Flávia Garcia Q. Hacke	Semma Paranaguá	flavia.hacke@paranagua.pr.gov.br	(41) 99984-2828
Kleber José Licheski	SEMUPLA	kleber.lic@gmail.com	(41)99528-7219
feliphe Kalebe	SEMUPLA	feliphekalebe380@hotmail.com	(41)99923-5088
Amanda Novak		Amanda@AOTOENOVAK.com	41984038191
Rodrigo Delonga	Pref. / SEMMA	rodrigo.delonga@paranagua.pr.gov.br	(41)3721-1780
[illegible]	INST. ECOF	CONTATO@INSTITUTOECOF.ORG.BR	41 9 9953-0324
Luis Fernando de Lima		feerlima.1988@gmail.com	(41)996803336
IRINEU DE LIMA		IRINEUDLIMA66@GMAIL.COM	(41) 97400-9187



